



EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025 – SEINFRA-PI
PROCESSO Nº 00114.000158/2025-69/SEINFRA-PI
UASG 450127 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

O Estado do Piauí, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação/CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual n. 21.872/2023 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS:

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastrados no **Portal de Compras do Governo Federal**.

CADASTRO ELETRÔNICO DE FORNECEDORES:

Os interessados em participar do certame deverão possuir cadastro no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes na **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data, horário e local.
- 1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de contratação em contrário.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)



- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, na Minuta de Contrato, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e Especificações Técnicas e Projeto, que integram o dossiê de informações sobre a licitação. Além das normas referidas, estará o adjudicatário do objeto da licitação obrigado a atender a todas as imposições da legislação relativas aos serviços a serem contratados.
- 2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.
- 2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Projeto Básico em anexo constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.
- 2.3.1. O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, encontra-se definido na **Parte Específica** deste Edital.
- 2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.
- 2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.
- 2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:
- 2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.
- 2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.
- 2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.
- 2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:
- 2.7.1. Órgãos gerenciador e participantes;
- 2.7.2. Adesões;
- 2.7.3. Preços registrados e respectivos reajustes;
- 2.7.4. Vigência.



3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

3.1.1. Os interessados devem providenciar cadastro e senha no sistema de compras indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido no item 8.17.3.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de



interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.12. Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.



4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa



ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Projeto Básico.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei estadual nº 6.344, de 12 de março de 2013 deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força do contrato de obra/serviço que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.**

5.10. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.480, de 03 de fevereiro de 2014, deverá reservar preferencialmente, no mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil, criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para pessoas do sexo feminino**, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços globais ou unitários superiores aos fixados pela Contratante.

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



- 6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido na **Parte Específica**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

- a) Prazo de validade da proposta não inferior ao estabelecido no item 5.8 deste Edital;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;
- c) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA que contenha os preços unitários e valor global da proposta, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
 - c.1) Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
 - c.2) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, mobilizações, desmobilização, ferramentas, transporte, deslocamento de empregados, estadia, alimentação, assistência médica prevista em Lei, equipamentos de proteção individual e coletiva, adicionais de periculosidade, quando aplicáveis, necessários ao perfeito cumprimento e execução do objeto desta licitação, e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto
 - c.3) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
 - c.4) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;
 - c.5) Na planilha orçamentária, o somatório do produto dos preços unitários propostos pelos quantitativos apresentados deverá constituir o preço proposto;
 - c.6) Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens que não se enquadrem nas especificações exigidas.
- d) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme ANEXO IX;



d.1) O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra ou serviço especial de engenharia.

e) COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS, BEM COMO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS) E DE ENCARGOS SOCIAIS APLICADOS, CONFORME LEI Nº 12.844/13;

e.1) As composições de preços unitários deverão ser apresentadas para todos os itens de serviços constantes das Planilhas Orçamentárias, sem exceção, inclusive as composições de preços unitários auxiliares, que se fizerem necessárias para sua complementação, e, não poderão conter divergência entre os valores constantes em ambos os documentos. Qualquer incoerência nessas composições, como utilização de valores diferentes de salários-hora para uma mesma categoria profissional e/ou de preços unitários para um mesmo material e/ou de custos horários de utilização de um mesmo equipamento, poderá implicar na desclassificação da proposta, à exceção de erros meramente formais;

e.2) Nos preços propostos pelo Licitante deverão estar incluídos todos os componentes das despesas incidentes sobre os serviços, tais como: salário de mão de obra, encargos sociais (legislação previdenciária e trabalhista e seguros em geral), transporte de materiais, todo e qualquer imposto ou taxa incidente, encargos complementares (uniformes, vale-transporte, vale-refeição e quaisquer outros encargos decorrentes do objeto licitado), que são de exclusiva responsabilidade do Licitante, como também o Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, não cabendo à Contratante qualquer outro pagamento além dos preços propostos para a prestação dos serviços;

e.3) Será desclassificada a Empresa que apresentar composição de preços unitários, cujos valores de mão de obra, estejam inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho do Município onde ocorrerá a obra ou serviço especial de engenharia, ou, quando esta abranger mais de um Município, o daquele que contemplar a maior extensão do trecho a ser contratado;

e.4) A licitante deverá apresentar discriminação detalhada do BDI adotado, para cada um dos grupos (administração central, tributos, etc.), os seus subcomponentes e seus respectivos percentuais, de modo a permitir que se verifique a adequabilidade dos percentuais utilizados e a não ocorrência de custos computados em duplicidade na Planilha Orçamentária e no BDI;

e.5) Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra ou serviço especial de engenharia, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;



- e.6) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- e.7) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- e.8) As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- e.9) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.
- e.10) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- e.11) Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
- e.12) A **Parte Específica** deste Edital irá definir a possibilidade de apresentação de percentual reduzido de BDI.
- 6.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);



7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 108 a 114 [Decreto estadual n. 21.872/2023](#).

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.9, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:



- 7.10.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução;
- 7.10.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 7.10.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- 7.10.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;
- 7.10.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 7.10.6 Estudos setoriais;
- 7.10.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 7.10.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;
- 7.10.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.12.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Serão ainda desclassificadas as propostas que apresentarem, na composição de seus preços:
- a) Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
 - b) Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
 - c) Quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- 7.14. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.
- 7.14.1. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças,



orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.15. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

7.16. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Caso o item 4.16 da **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.2.1. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2.2. Caso a empresa não esteja inscrita no cadastro eletrônico ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo Agente de Contratação.



8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1 da **Parte Específica**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Para a habilitação na presente Concorrência serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).



e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.17.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital e as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

8.17.2.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.



8.17.2.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.17.2.3. Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista no subitem 1.1 deste Edital, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, CAU, ou CRT, detentor (es) de **atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA, CAU, ou CRT) da região onde os serviços foram executados**, acompanhados(s) da(s) correspondente(s) Certidão (es) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto licitado. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.3.1. Para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro e que comprovem o seu vínculo com a empresa.

8.17.2.3.2. Os atestados deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto aos emitentes dos documentos.

8.17.2.3.3. A comprovação do vínculo dos profissionais detentores do acervo técnico, do quadro da licitante, será atendida mediante a apresentação da declaração formal de sua disponibilidade, acompanhada de comprovação da anuência do profissional, ou através da apresentação dos documentos a seguir:

a) **Empregado:** Cópia do livro de registro de empregado registrado na Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS anotada ou ainda, contrato de prestação de serviços, na forma da legislação trabalhista;

b) **Sócio:** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

c) **Diretor:** Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) **Profissional Autônomo:** Cópia do contrato de prestação de serviços, devidamente assinado pelas partes e com firmas reconhecidas;

e) **Responsável Técnico:** Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA, CAU ou CRT da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico, deverá comprovar o vínculo em uma das formas contidas do subitem 8.17.2.3.3 ou nas alíneas "a" "b" "c" ou "d" retro.

8.17.2.3.4. Caso a licitante seja sociedade cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata o subitem 8.6.2.3.3 devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais,



bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.2.3.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Contratante.

8.17.2.4. Será exigida ainda declaração formal da licitante de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, indicados na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.



d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.17.3.1. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa anos autos.

8.17.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.18.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;

b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;

d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto



da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.20. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.20.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.20.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.20.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através dos contatos indicados no item 8.20.1 da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.20.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.



9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



11.1. Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Projeto Básico anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.



11.10. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

11.10.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.10.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no subitem 11.10.1, e observado o disposto no item 2.7.2, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6. Fraudar a licitação;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 12.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

13.11. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo agente de contratação.

13.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

13.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

13.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:



- A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas;
- B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital;
- C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual;
- D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos;
- E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços;
- F) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- G) ANEXO VII – Minuta do Contrato.



PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Sistema Eletrônico utilizado no certame: Portal de Compras do Governo Federal. Cadastro eletrônico de fornecedores: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Data de Abertura: 20/05/2025 (terça-feira). Horário de Abertura: 10:00 (dez horas), horário de Brasília/DF. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br Qualquer informação poderá ser obtida no endereço: Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, ou através do telefone: (0**86) 3222-0038, ou ainda pelo e-mail: licitacao@seinfra.pi.gov.br
2.1	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia especializada para a Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), nos trechos: Vista Alegre - Associação Mãos Solidárias e Povoado Formosa - Associação Comunitária de Moradores da Comunidade Formosa, no município de Piripiri-PI, com área total de 8.003,36 m², conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico em anexo.
2.2	() A licitação compõe-se de item único, conforme tabela abaixo, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço. () A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



	() A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem. (X) O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, haja vista a natureza indivisível do objeto. () O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.
2.3	(X) Foi estimado o Preço Total de R\$ 852.514,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e quatorze reais), conforme planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético), sendo que os preços unitários e globais estimados representam os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item. () Foi estimado o Preço Total de (...), sendo que os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item correspondem aos preços unitários e globais estimados acrescidos do percentual definido na planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético). () Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o preço estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021. 2.3.1. O preço estimado ou o preço máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após definido o resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
2.3.1	O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, é de: BDI – Taxa de Bonificação de 25,00 % sem desoneração para serviços/mão de obra;



	BDI – Taxa de Bonificação de 15,00 % para aquisições de materiais e insumos, incluindo material betuminoso , cujo patamar será considerado por ocasião do julgamento das propostas.
2.4	☒ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.
2.6	☒ A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços. ☐ A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.
3.2.1	☒ O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência. ☐ Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006. ☐ Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens (...), (...), haverá reserva de (máximo de 25%) para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006. 3.2.1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota



	principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. 3.2.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
3.3	() Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 3.3 da Parte Geral deste Edital. (X) Não poderão participar desta licitação consorcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
3.11	() Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação. (X) Não será permitida a participação de cooperativas no certame.
4.1	1.1. (X) A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. 1.2. 1.3. () A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.
4.8	(X) Considerando que o sistema de compras utilizado no certame não possui as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação.



	() As declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser assinaladas no campo próprio do sistema.
4.16	(X) Será exigido o recolhimento de R\$ 8.525,14 (oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos) a título de garantia de proposta, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação. 4.16.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. 4.16.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro-garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. 1.4. () Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação. 1.5.
5.1	Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), nos trechos: Vista Alegre - Associação Mãos Solidárias e Povoado Formosa - Associação Comunitária de Moradores da Comunidade Formosa, no município de Piripiri-PI, com área total de 8.003,36 m ² .
5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
6.6	O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
6.9	O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).



6.11	() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "<i>aberto</i>", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. (X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "<i>aberto e fechado</i>", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. () Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "<i>fechado e aberto</i>", em que somente poderão participar da etapa aberta os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço até 10% (dez por cento) inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
6.22.4	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 02 (duas) horas contadas a partir da solicitação do agente de contratação.
6.22.5, "e.12"	() Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital, que indicará quais materiais e equipamentos terão BDI reduzido. (X) Não será permitido ao licitante a apresentação de percentual reduzido de BDI.
8.9.1	Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.
8.17.1, "k"	k) No caso de exercício de atividade de (...): ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo (órgão competente), nos termos do artigo (...) da (o) (...Lei/Decreto...) nº (...)/(...).
8.17.1, "l"	() Serão exigidos os seguintes documentos adicionais: I (...); II (...);



	(X) Não serão exigidos documentos adicionais.																		
8.17.2.1	(X) Será exigido registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia); e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;																		
8.17.2.2	Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: <i>Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor licitado.</i> Para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante será admitida a comprovação da execução mínima dos quantitativos das parcelas consideradas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, assim considerados: <table><tr><th>CÓDIGO</th><th>DESCRIÇÃO</th><th>und</th><th>PROJETO</th><th>PERCENTUAL 30%</th><th>EDITAL</th></tr><tr><td>4011459</td><td>Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais</td><td>t</td><td>854,88</td><td>256,46</td><td>256,46</td></tr><tr><td>5914389</td><td>Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada</td><td>tkm</td><td>191.296,15</td><td>57.388,85</td><td>57.388,85</td></tr></table>	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	und	PROJETO	PERCENTUAL 30%	EDITAL	4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	854,88	256,46	256,46	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	191.296,15	57.388,85	57.388,85
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	und	PROJETO	PERCENTUAL 30%	EDITAL														
4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	854,88	256,46	256,46														
5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	191.296,15	57.388,85	57.388,85														
8.17.2.3	Quanto à capacitação técnico-profissional , os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os seguintes:																		



CÓDIGO	DESCRIÇÃO	und	PROJETO	PERCENTUAL 30%	EDITAL
4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	854,88	256,46	256,46
5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m ³ - rodovia pavimentada	tkm	191.296,15	57.388,85	57.388,85

8.17.2.4	Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber: • Rolo compactador liso autopropelido vibratório • Carregadeira de pneus com capacidade • Vibro acabadora de asfalto sobre esteiras • Caminhão basculante • Caminhão tanque • Caminhão carroceria • Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio
8.17.3, "d"	(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. () O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 <u>não</u> necessita ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
8.17.3, "e"	() A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente. (X) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui



	patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.
8.17.3.1	() Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de (10% a 30%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme art. 15, § 2º, da Lei n. 14.133/2021. (X) Não haverá acréscimo quanto aos requisitos de habilitação econômico-financeira para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante nos autos.
8.20	(X) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. () Não se aplica ao caso a realização de vistoria.
8.20.1	Informações para agendamento de vistoria e dúvidas: A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 13h30, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (0**86) 3216-2199.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico licitacao@seinfra.pi.gov.br ou para o endereço físico Avenida Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, CEP: 64.018-900, sendo que a resposta será divulgada no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico https://sei.pi.gov.br/sei
13.12	O presente edital poderá ser retirado nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br ou https://www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/



	Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica .
13.14	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos: A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas; B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital; C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual; D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos; E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços; F) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços; G) ANEXO VII – Minuta do Contrato.

Teresina, Piauí, 02 de maio de 2025.

DANÍSIO GUIMARÃES MARABUCO
Agente de Contratação
(Matrícula: 373169-3)

APROVO:

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado da Infraestrutura do Piauí



ANEXO I

PROJETO BÁSICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (Modelo)

(Em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA Nº ____/2025 - SEINFRA

(Local e Data)

Atendendo as exigências da Concorrência em epígrafe, declaramos expressamente que:

1. Aceitamos e concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições dessa licitação, expressas no Edital e todos os seus Anexos.
2. Não existe nenhum fato superveniente para nossa habilitação, nem estamos impedidos de licitar, contratar ou transacionar com o Poder Público ou qualquer de seus órgãos descentralizados, nem fomos declarados inidôneos por qualquer órgão Federal, Estadual, Municipal ou Concessionária de energia elétrica e/ou água.
3. Entre os nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnico se demais profissionais, não figuram empregados da Secretário de Estado da Infraestrutura/SEINFRA, nem da empresa CONTRATANTE ou outro órgão ou entidade a ela vinculada.
4. Temos pleno conhecimento dos locais e das condições de execução dos serviços.
5. Não possuir, no quadro pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
6. Cumprir as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.
7. Manteremos válida a nossa Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº



ANEXO III

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Modelo)

À (Contratante)

CONSIDERANDO que (**nome da CONTRATADA**), doravante denominada **“CONTRATADA”**, compromete-se, conforme Contrato nº. ____/20____, datado de ____ de ____ de 20____, a executar as obras (**breve descrição das obras**) nele descritos;

CONSIDERANDO que ficou estabelecido no Edital que a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de Garantia de Execução Contratual no valor especificado no Contrato; e

CONSIDERANDO que concordamos em dar esta garantia da **CONTRATADA**.

DECLARAMOS nossa condição de fiador, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos artigos 1.491, 1.500 e 1.503 do Código Civil Brasileiro e dos artigos 261 e 262 do Código Comercial, perante (**qualificar a CONTRATANTE**), pela **CONTRATADA**, até a soma de (**valor da garantia em algarismos e por extenso**), comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por escrito, declarando a inadimplência da **CONTRATADA**, com cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de (**valor da garantia**), como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

ATESTAMOS que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

Esta garantia terá validade até 30 (trinta) dias após a vigência do Contrato, conforme as condições estabelecidas.

(Local e Data)

(Assinatura do representante do Banco)

(Testemunha)

(Chancela)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE DISPONIBILIDADE DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CONCORRÊNCIA Nº ____/2025 - SEINFRA

(Local e Data)

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações do canteiro de obras, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) n.º

OBS: Esta declaração dever ser feita em papel timbrado.



ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇOS

À SEINFRA

CONCORRÊNCIA Nº ____/2025 - SEINFRA

(Local e Data)

Prezados Senhores,

(NOME DA EMPRESA), (n.º do CNPJ), (inscrição estadual), sediada (endereço completo), (CEP), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) (cargo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º (e-mail), residente e domiciliado no (endereço completo), firmado abaixo e que será o responsável pela assinatura do contrato, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, propomos executar e concluir as obras previstas no mencionado Edital, pelo preço global de R\$ ____ (____). Outrossim, declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executadas as obras e aceitamos todas as condições impostas pelo edital e seus anexos;
 - b) A obra será executadas e concluídas no prazo máximo de ____ (____) dias, contado da data estabelecida na ordem de serviço;
 - c) A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos;
 - d) Esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega.
 - f) O pagamento deve ser efetuado na Conta corrente ____, Agência ____, banco ____
 - g) Para contato com a empresa, poderão ser utilizados os seguintes meios: telefone nº ____, fax n.º e e-mail ____
- Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições deste Edital.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar

CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98

E-mail: seinfra@seinfra.gov.br

Redes sociais: @seinfra.pi



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2025
CONCORRÊNCIA N.º ____/2025 – SEINFRA
PROCESSO SEI N.º 00114.000158/2025-69

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), NOS TRECHOS: VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS E POVOADO FORMOSA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA, NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI, COM ÁREA TOTAL DE 8.003,36 M², QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA: (.....)

O Estado do Piauí, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.531/0001-98, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede no Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário, Sr. FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JUNIOR, portador da cédula de identidade nº 1.712.191 SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 651.754.843-20; e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (.....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (.....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da Concorrência Eletrônica n. ____/2025, constante do Processo Administrativo nº 00114.000158/2025-69, Parecer PGE/PLC nº (....) e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei n. 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual n. 21.872/2023 e Decreto Estadual n. 21.938/2023, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi



CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico constante dos autos, conforme Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato e tem como fundamento a Lei Federal n. 14.133/2021, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Concorrência Eletrônica ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação da obra/serviço especial de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução do objeto.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Projeto Básico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

4.1. As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos constantes do processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, reservado à CONTRATANTE o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou no processo administrativo de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela CONTRATANTE pela realização do objeto deste



contrato.

5.2. O representante da CONTRATADA declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

6.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor deste Contrato está previsto na **Parte Específica** e representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

7.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
- b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
- c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;
- d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arrematação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
- e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- f) Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;



- g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;
- h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;
- i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
- j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.
- k) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
- l) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.
- m) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.

8.2. O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública e/ou prestação de serviços de engenharia que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

8.3. A obrigação estipulada no item 8.2 só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhada por estes.

8.4 O Contrato deverá reservar as vagas previstas item 8.2 na seguinte proporção:

- a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 20 (vinte) ou mais empregados.
- b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 19 (dezenove) empregados; e
- c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

8.5. As vagas, mencionadas no item 8.4, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria da Justiça - SEJUS, nos termos de regulamentação própria.

8.6. No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do item 8.5, o contratado deverá preencher os



empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.7. O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

8.8. A obrigação estipulada no 8.7 só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.

8.9. No caso de não haver beneficiários habilitados na forma item 8.7, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.10. A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.

8.11. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

8.12. As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

8.13. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local das obras;
- b) Aprovar as medições em tempo hábil;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula onze deste Contrato;
- d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
- g) Aplicar penalidades, conforme o caso;



- h) Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB;
- i) Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO;
- j) Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2758/2021 – Plenário.

9.2. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

10.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA ONZE - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira, em especial no cronograma físico-financeiro.

11.2. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Estado do Piauí, através da CONTRATANTE, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da CONTRATANTE, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:

- I – Carta da Contratada encaminhando a medição;
- II – Memória de cálculo;
- III – Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;



- IV – Certificado de medição, definindo o período correspondente;
- V – Cronograma executivo (físico) realizado;
- VI – Quadro resumo financeiro;
- VII – Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
- VIII – Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
- IX – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- X – Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
- XI – Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;
- XII – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- XIII – cópia do seguro-garantia;
- XIV – Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;
- XV – Guia de recolhimento do FGTS;
- XVI – Guia de recolhimento previdenciário – GFIP;
- XVII – Comprovante de pagamento do ISS;
- XVIII – Relatório pluviométrico, quando couber;
- XIX – Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;
- XX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XXI – Declaração de cumprimento da Lei Estadual nº 6.344/2013, que trata da reserva de vagas em obras públicas para egressos do sistema prisional, conforme parágrafos 1º a 5º da Cláusula Oitava, ou justificativa para eventual impossibilidade de cumprimento de tal obrigação.

11.3. Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII acima deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

11.4 Além dos documentos elencados no **item 11.2**, deverão constar da primeira medição:

- I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;



- II – Cópia da ordem de serviço;
- III – Cópia dos demais seguros exigidos no contrato;
- IV – Matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

11.5. Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

- I – Baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);
- II – Projeto “As Built”, caso previsto na **Parte Específica**;
- III – Termo de recebimento definitivo.

11.6. Contratada poderá apresentar à CONTRATANTE para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela CONTRATANTE durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a CONTRATANTE, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

11.7. As parcelas de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico- Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, sub-etapas e respectivas porcentagens.

11.8. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.9. O Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço, após revisado e aprovado pela CONTRATANTE, terá sua versão final anexada a este termo contratual.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

11.11. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

11.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$I = 0,00016438$$



11.13. Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

11.14. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

11.15. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

11.16. Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

11.17. Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente indicada na **Parte Específica** deste Contrato, valendo à CONTRATANTE como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

11.18. A **Parte Específica** deste Contrato irá definir a necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.

11.19. Caso o item 2.3 da **Parte Específica** deste Contrato tenha definido a elaboração de Projeto Executivo como obrigação da Contratada, deverão ainda ser observadas as disposições de pagamento indicadas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DOZE - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme a seguinte fórmula:



$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

I_0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data do orçamento a que a proposta se refere, *pro rata die*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata die*.

12.3. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica, salvo de outro índice for indicado na **Parte Específica** deste Contrato.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, cujos efeitos terão início somente após o requerimento, não sendo devidos valores referentes a medições de serviços executados anteriormente.

12.6. Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Contrato, este se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

12.7. Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executadas.

12.8. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

12.9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.



12.10. A partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas, sendo que uma conterá os preços originais contratados e a segunda será composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado conforme a fórmula constante no parágrafo segundo.

CLÁUSULA TREZE - DOS TRIBUTOS

13.1. Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

13.2. No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. O prazo para execução das obras e serviços encontra-se previsto na **Parte Específica** deste Contrato.

14.2. O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

14.3. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

14.4. O presente contrato terá vigência definida na **Parte Específica** deste Contrato.

14.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

14.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.7. O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA QUINZE - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

15.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda, a comunicar à CONTRATANTE a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que



vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo citado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.1. A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

17.2. A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

17.3. A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

17.4. A contratada deverá:

- a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;
- b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";
- c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
- d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;



- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei n. 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

18.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;
- b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

18.2. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-



base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.3. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

18.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

18.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

18.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

18.7. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

18.8. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

18.9. A diferença a que se refere no parágrafo 7º poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

18.10. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto nº 7.983/13, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.11. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II – por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;
- III – por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46



da Lei n. 14.133/2021;

IV – por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

19.2. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

19.3. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
- b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material “similar” ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
- m) Examinar os livros e registros.



19.4. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

19.5. Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

- a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela contratada;
- b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
- c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;
- d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;
- e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;
- g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

19.6. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução do objeto, de acordo com as respectivas peculiaridades.

CLÁUSULA VINTE - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

20.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

20.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convenionada.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 20.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E UM - DAS PENALIDADES

21.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.



21.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 21.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 21.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 21.2.

21.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas



previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 21.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 21.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do referido subitem.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

21.11. Multas

21.11.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.11.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- a) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução de conclusão da obra, menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato;
- b) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

21.11.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço.

21.11.2. Além das multas previstas no item 21.11.1 e subitens, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1.1, 1.2 e 2 abaixo.

Tabela 1.1 – Obra até 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------



1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 1.2 – Obra acima de 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 1000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI),	



5	quando necessários; por empregado, por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
	Para os itens a seguir, deixar de:	
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato; por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02



21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências"- DIÁRIO DE OBRAS; por dia.	04
23	Registrar diariamente o andamento dos serviços e os fatos relativos à execução das obras, no DIÁRIO DE OBRAS. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da CONTRATANTE; por dia.	03
24	Encaminhar semanalmente para arquivamento na pasta do contrato na CONTRATANTE, a 1ª via do DIÁRIO DE OBRAS relativo à semana anterior. Por semana.	03
25	Inserir no DIÁRIO DE OBRAS, as justificativas apresentadas para subsidiar as alterações do contrato na data de sua ocorrência anexando os registros no pedido; Por ocorrência.	06
26	Iniciar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no projeto básico; por dia.	04
27	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e deste Contrato , mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	04
28	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tíquetes-refeições, seguros, encargos fiscais sociais, bem como arcar com quaisquer despesas direta e/ou indiretas relacionadas a execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

21.11.3. Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme Tabela 3. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

21.11.3.1. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá (ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo como cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

21.11.3.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitara o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme Tabela 3 a seguir:

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar

CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98

E-mail: seinfra@seinfra.gov.br

Redes sociais: [@seinfra.pi](#)



Tabela 3

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL BRANDO E INTERMITENTE
3	0,50%	GRAVE E EVENTUAL BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE
5	0,90%	GRAVE E INTERMITENTE MEDIANO E CONSTANTE
6	1,10%	GRAVE E CONSTANTE

21.11.3.3. Quanto a gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no mês.

21.11.3.4. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

21.11.3.5. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se a comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

21.11.3.6. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZACAO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZACAO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

21.11.3.7. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZACAO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

21.11.3.8. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

21.11.4. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

21.11.4.1. Após o sexagésimo dia, será aplicada a sanção de inexecução parcial, conforme definido



anteriormente.

21.11.5. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

21.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

21.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA RESCISÃO

22.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

22.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

22.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III) Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.



CLÁUSULA VINTE E TRÊS - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

23.1. A **Parte Específica** do Contrato irá definir a permissão ou não de subcontratação.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

24.1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório do objeto, no prazo indicado na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico.

24.2. A CONTRATANTE receberá os serviços em caráter definitivo no prazo indicado na **Parte Específica**. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da CONTRATANTE se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

24.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada para tal fim, mediante termo detalhado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 140, I, "b" da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis.

24.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA VINTE E CINCO - DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA EFICÁCIA

26.1. A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

26.2. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário

CLAUSULA VINTE E SETE - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

27.1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma



destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLAUSULA VINTE E OITO - DA PROTEÇÃO DE DADOS

28.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

28.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

28.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;



e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa



alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso accidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

28.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

28.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

28.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

28.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

28.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

28.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a



colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

28.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

28.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

28.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

28.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA VINTE E NOVE - DO FORO

29.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina, Piauí, _____ de _____ de 2025.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo: 00114.000158/2025-69
1.2	(X) A presente contratação decorre da Concorrência Eletrônica n. ____/2025 e Ata de Registro de Preços n. (...). () A presente contratação ocorre por Dispensa/Inexigibilidade de licitação fundamentada no (art. ... Lei...).
2.1	O objeto do presente contrato é a contratação da obra/serviço especial de engenharia Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), nos trechos: Vista Alegre - Associação Mãos Solidárias e Povoado Formosa - Associação Comunitária de Moradores da Comunidade Formosa, no município de Piripiri - PI, com área total de 8.003,36 m ² .
2.2	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.
2.3	(X) Inclui-se no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, conforme



	especificado no Projeto Básico. () Não se inclui no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, considerando que já foi previamente preparado pela Contratante.
7.1	O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).
8.13	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA: A CONTRATADA se obriga a: 1. Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado; 2. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra; 3. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação; 4. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços; 5. Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização; 6. Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato; 7. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços; 8. Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE; 9. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.



	10. Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada. 11. Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato; 12. Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra. 13. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos. § 1º O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas. § 2º A obrigação estipulada no § 1º só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhada por estes. § 3º O Contrato deverá reservar as vagas previstas no § 1º na seguinte proporção: a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 21 (vinte e um) ou mais empregados. b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 20 (vinte) empregados; e c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados. § 4º As vagas, mencionadas no § 3º, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo – SETRE, nos termos de regulamentação própria. § 5º No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do § 4º, o contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato. § 6º O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento)
--	---



	das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato. § 7º A obrigação estipulada no § 6º só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos. § 8º No caso de não haver beneficiários habilitados na forma do § 6º, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato. § 9º A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo. § 10º A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim. § 11º As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.
9.3	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATANTE: A CONTRATANTE se obriga a: 1. Disponibilizar o local das obras; 2. Aprovar as medições em tempo hábil; 3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato; 4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato; 5. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato. 6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados,



	utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação 7. Aplicar penalidades, conforme o caso. 8. Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB. 9. Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO.
10.1	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2025, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 160101 Fonte: (...) Programa de Trabalho: (...) Elemento de Despesa: (...)
11.5, "II"	(X) Para fins de pagamento da última medição, a Contratada deverá apresentar Projeto "As Built". () Para fins de pagamento da última medição, não será necessária a apresentação de Projeto "As Built".
11.17	Conta Corrente (.....), Banco (.....), Agência (.....).
11.18	(X) O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização ocorrerá no valor do preço apresentado na proposta, conforme especificado abaixo: a) Instalação e manutenção do canteiro: de acordo com o cronograma financeiro proposto; b) Mobilização: serão medidos e pagos (....%) do valor proposto para o item na primeira medição. Os (...%) restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos conforme programado no Cronograma; c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização.



	d) Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) – será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item: $\%AL = (\text{Valor da Medição Sem AL} / \text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AL}).$ 11.18.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) terão como unidade na planilha orçamentária “global” e será pago o quantitativo do percentual em número inteiro em valor absoluto com no máximo duas casas decimais. () Não haverá necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.						
11.19	(X) 11.19.1. Para a elaboração do Projeto Executivo, a(s) medição(ões) se processará (ão) em parcela(s), no(s) seguinte(s) percentual (is) em relação ao preço global do projeto executivo, constante da proposta de preços da contratada: <table border="1"><thead><tr><th>PARCELA(S)</th><th>% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO</th><th>EVENTOS</th></tr></thead><tbody><tr><td>1ª</td><td>100</td><td>Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE</td></tr></tbody></table> 11.19.2. A(s) medição (ões) relativa(s) ao serviço de elaboração do projeto executivo de engenharia constará(ão) de folha resumo contendo a relação de serviços executados. () Não se aplica, considerando que o item 2.3 da Parte Específica não estabeleceu a elaboração de Projeto Executivo como objeto do presente contrato.	PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS	1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE
PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS					
1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE					
12.4	(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.						



	() Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice (...).
14.1	O prazo de execução do serviço é de 90 (noventa) dias , contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do art. 111 da Lei n. 14.133/2021.
14.4	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
19.6	A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato. § 1º Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão. § 2º Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO: a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra; b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais; c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior; d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato; e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de



	Serviços; f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada; g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada; h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros; i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados. j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas; k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato; l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros. m) Examinar os livros e registros. § 3º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado. § 4º Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO: a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado; b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas; c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário; d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe; e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe; f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações; g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.
20.1	() Não será exigida garantia de execução da contratada. (X) No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, em



	conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.
23.1	(X) Não será admitida a subcontratação do objeto contratado. () É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de (...) % do valor total do contrato, em relação às parcelas das obras e serviços de natureza específica destacados como de menor relevância técnica e valor não significativo, nos termos do Parecer Técnico nº (...): (...) (...) 23.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista. 23.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
24.1	Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado pelas partes.
24.2	Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório.
28.14	A aplicação da LGPD ao presente contrato abrange, ainda, as seguintes disposições: (...)

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.



Teresina, Piauí, _____ de _____ de 2025.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.
CIDADE: PIRIPIRI
ESTADO: PIAUÍ

Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

TERESINA
2025

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)



SUMÁRIO

1.0- INTRODUÇÃO	4
2.0- METAS	5
3.0- MEMORIAL DESCRITIVO	6
4.0- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
4.1- Localização e acesso	7
4.2- Aspectos Socioeconômicos	8
4.3- Aspectos Fisiográficos	9
4.4- Geologia	10
5.0- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	11
5.1.1- Administração local da obra	11
5.1.2- Aquisição e assentamento de placa de obra em chapa de aço galvanizado ...	11
5.1.3- Mobilização e desmobilização- transporte em via pavimentado	11
5.2- SERVIÇOS PRELIMINARES	12
5.2.1- Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	12
5.3- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	13
5.3.1- Pintura de ligação	13
5.3.2- Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	14
5.3.3- Distribuição e compactação da mistura	16
5.3.4- Aquisição de emulsão asfáltica RR- 1C	17
5.3.5- Aquisição de emulsão asfáltica CAP-50- 70	17
5.3.6- Transporte com caminhão basculante de 10 m ³ - rodovia pavimentada	17
5.3.7- Cálculo de transporte de material asfáltico	18
5.4- SINALIZAÇÃO DE VIAS	18
5.4.1- Pintura de eixo viário sobre asfalto com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro, aplicação mecânica com demarcadora autopropelida. Af_05/2021	18
5.4.2- Pintura de faixa - tinta base acrílica - espessura de 0,4 mm	19
6.0- OBSERVAÇÕES	20


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



7.0- CUSTOS	22
8.0- PLANTAS TÉCNICAS	23
9.0- ANEXO	24
10.0 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	70

Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



1.0- INTRODUÇÃO

O presente projeto faz parte do Plano de Ação proposto por esta administração, que prevê a pavimentação de vias públicas no município de PIRIPIRI. A fim de assegurar a execução deste projeto, cuja principal meta é levar benfeitorias ao município, a SEINFRA vem solicitar financiamento da obra em questão.

A implantação de pavimentação de vias tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população e proporcionar o conforto dos usuários dessas vias. Durante o período das chuvas, em decorrência do péssimo escoamento das águas, formam-se inúmeras poças, que dificultam o tráfego de veículos, além de propiciar condições para proliferação de insetos transmissores, estabelecendo vetores de doenças que acometem principalmente as crianças.

A execução do projeto, dotará as ruas de um escoamento superficial, reduzindo substancialmente o acúmulo de águas e, conseqüentemente, erradicando os focos de doenças.


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



2.0- METAS

O projeto que ora se apresenta, trata-se de pavimentação de vias públicas no município de **PIRIPIRI - PI**, contemplando O seguinte trecho:

ITEM	TRECHO	EXTENSÃO	LARGURA	ÁREA (M2)
01	TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI	400,00	7,00	2.800,00
02	TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA	699,30	VARIAVEL	5.203,36

Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



3.0- MEMORIAL DESCRITIVO

Este memorial tem como objetivo descrever as principais atividades relativas à execução dos serviços que serão realizados na obra de Pavimentação de Vias Públicas município de PIRIPIRI no Estado do Piauí, constitui-se: serviços iniciais, serviços preliminares, pavimentação asfáltica e sinalização.

Os serviços terão o custo total de **R\$ 852.514,00** (oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quatorze reais), conforme planilhas orçamentárias.

DESCRIÇÃO DA OBRA

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações a seguir. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

Durante a obra será feita periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

Competirá a empreiteira fornecer todas as ferramentas, instalações provisórias, maquinaria e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a obra, ou ainda caso faça opção pelo uso de algum material equivalente, consultar a Fiscalização de Obra que, se necessário, buscará junto aos departamentos e divisões na Rede Física o apoio para essa definição e para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, em todos os níveis da pavimentação.



Tiago Queiroz Maderia Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



4.0- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1- Localização e acesso

O município está localizado na microrregião de Baixo Parnaíba Piauiense (figura 2), compreendendo uma área irregular de 1.302 km², tendo como limites os municípios de Batalha e Brasileira ao norte, ao sul com Capitão de Campos e Pedro II, a oeste com Barras, Boa Hora, Batalha e Capitão de Campos e, a leste com Domingos Mourão, Pedro II e Lagoa de São Francisco.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 04º16'24" de latitude sul e 41º46'37" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 157 Km de Teresina.

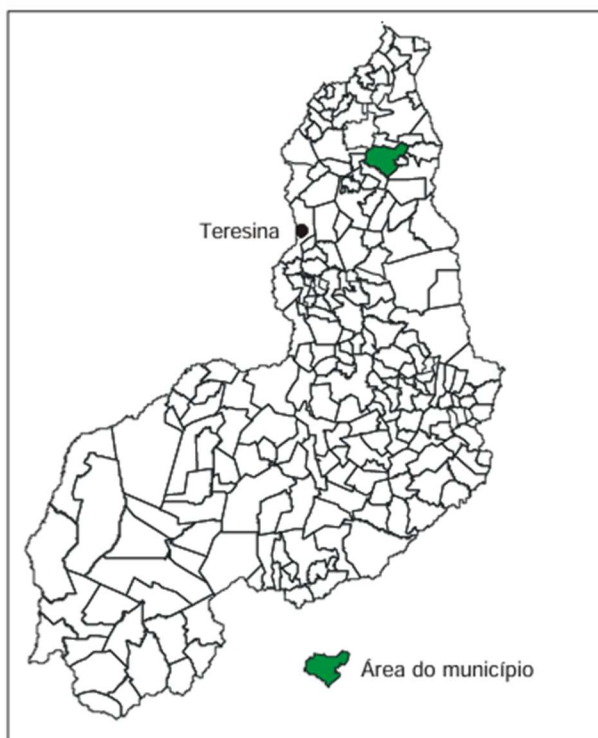


Figura 2 - Mapa de localização do município.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br





Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



4.2- Aspectos Socioeconômicos

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos sites do IBGE (www.ibge.gov.br) e do Governo do Estado do Piauí (www.pi.gov.br).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 570, de 04/07/1910, sendo desmembrado do município de Piracuruca, Pedro II e Campo Maior. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 60.154 habitantes e uma densidade demográfica de 46,20 hab/km², onde cerca de 58% das pessoas estão na zona urbana. Com relação a educação, 67,80% da população acima de 10 anos de idade é alfabetizada.

A sede do município dispõe de abastecimento de água, energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, Cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br





Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



4.3- Aspectos Fisiográficos

As condições climáticas do município de Piripiri (com altitude da sede a 60 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 26oC e máximas de 38oC, com clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Marítimo, com isoietas anuais em entre 800 a 1.600 mm, cerca de 5 a 6 meses como os mais chuvosos e período restante do ano de estação seca. O trimestre mais úmido é o formado pelos meses de fevereiro, março e abril. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Radam (1973), Perfil dos Municípios (IBGE – CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986).

Os solos no município estão representados por vários tipos (CPRM, 1973; Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí, 1986 e Projeto Radam, 1973). Grupamento indiscriminado de planossolos eutróficos, solódicos e não solódicos, fraco a moderado, textura média, fase pedregosa e não pedregosa, com caatinga hipoxerófila associada. Os solos hidromórficos, gleizados. Os solos aluviais, álicos, distróficos e eutróficos, de textura indiscriminada e transições vegetais caatinga/cerrado caducifólio e floresta ciliar de carnaúba/caatinga de várzea. Os solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado e/ou carrasco.

As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 250 metros. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986) e Geografia do Brasil – Região Nordeste (IBGE, 1977).

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



4.4- Geologia

Conforme a figura 3, as unidades geológicas que se destacam nos limites do município pertencem à Bacia do Maranhão, descritas abaixo. A Formação Sardinha, contendo basalto, aflora em pequena área situada na porção nordeste do município. A Formação Cabeças exibe ampla área de exposição, destacando-se com arenito, conglomerado e siltito. A Formação Pimenteiras encontra-se na porção basal do pacote e agrupa arenito, siltito e folhelho.

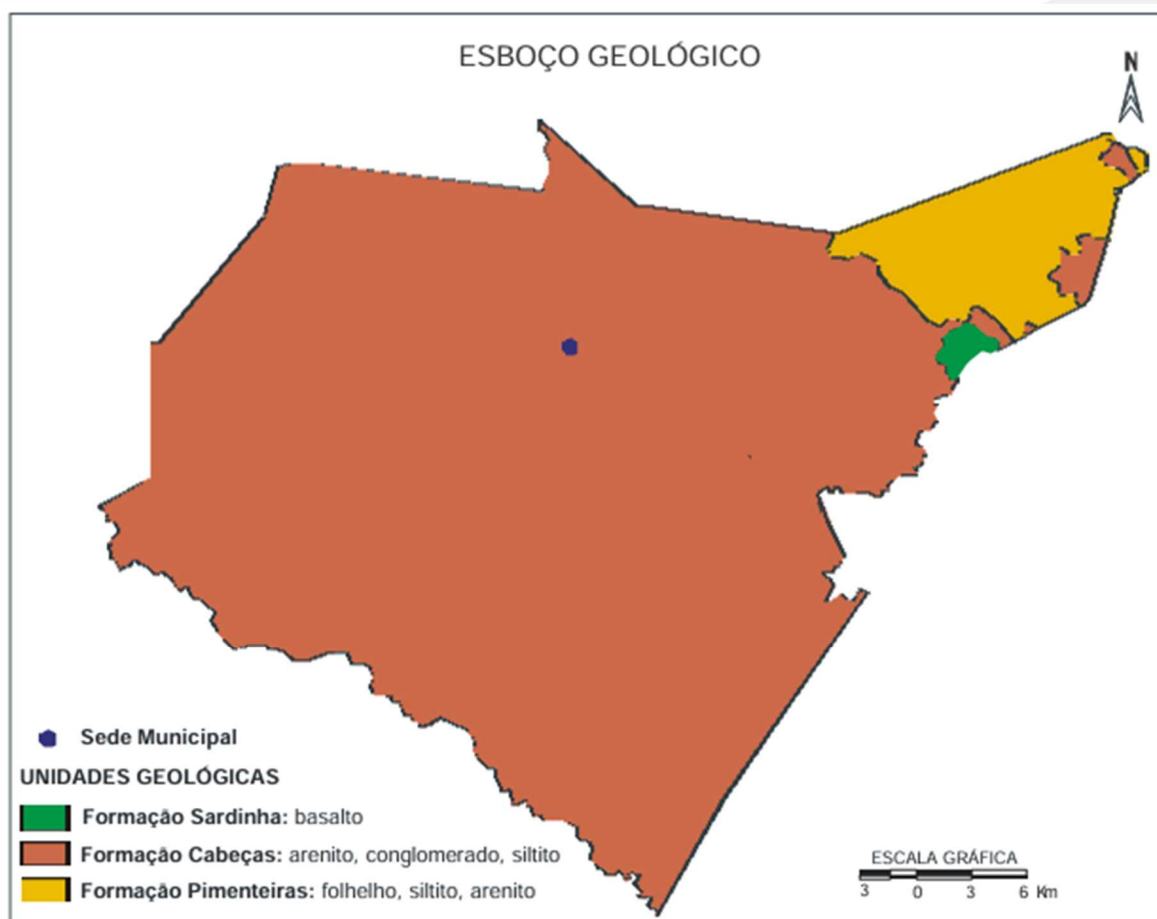


Figura 3 - Esboço geológico do município.



Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



5.0- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1- SERVIÇOS INICIAIS

5.1.1- Administração local da obra

Será exercida por Engenheiro responsável, Encarregado Geral, almoxarife, e demais elementos necessários. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência a SEINFRA, o nome do engenheiro responsável, com suas prerrogativas profissionais.

A SEINFRA fica no direito de exigir a substituição do profissional indicado, no decorrer da obra, caso o mesmo demonstre insuficiente perícia nos trabalhos ou indisposição em executar as ordens da FISCALIZAÇÃO.

5.1.2- Aquisição e assentamento de placa de obra em chapa de aço galvanizado

Antes do início das obras, deverão ser confeccionadas e assentadas, nos locais determinados pela Fiscalização, uma (01) placa com dimensões de **(3,20 X 1,60) m**, em chapa metálica com arte pintada com esmalte sintético, sobre estrutura de madeira e em conformidade às dimensões e modelos fornecidos pela SEINFRA. Estas placas deverão ser mantidas nesses locais, em perfeito estado, durante todo o período de execução, até a conclusão dos serviços mediante recebimento definitivo da obra. Na casualidade de uma das placas serem destruída, furtada ou danificada, esta deverá ser, imediatamente, substituída ou reparada pela Empreiteira.

5.1.3- Mobilização e desmobilização- transporte em via pavimentado

Os serviços gerais de mobilização, no início da obra e durante a execução da mesma, e de desmobilização, quando do término dos trabalhos, compreendem, mas



Telesny
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



não se limitam às seguintes providências a serem tomadas pela Contratada:

Mobilização de todo o equipamento, de propriedade da Contratada ou de suas subempreiteiras, até o local da obra e sua posterior retirada, para o local de origem ou outro, acampamentos, vila residencial e/ou acessos e adjacências;

Movimentação de todo pessoal da Contratada e de suas subempreiteiras até o local da obra, em qualquer tempo, e posterior regresso a seus locais de origem, inclusive transporte diário de empregados até o canteiro de obras e respectivo retorno;

Viagens e estadias, em qualquer tempo, de pessoal administrativo, de consultoria, de supervisão ou qualquer outro ligado à Contratada e a serviço da obra;

Incluem, outrossim, todos os serviços indiretos de administração e coordenação, necessários à execução da obra, realizados no local da obra ou fora dele, tais como: planejamento, controle, coordenação, serviços de administração, de contabilidade, de almoxarifado, de pessoal, etc.

5.2- SERVIÇOS PRELIMINARES

5.2.1- Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico

A varredura da superfície a ser imprimada, deverá ser feita com vassoura mecânica especificada e de modo que remova completamente toda terra, poeira e outros materiais estranhos.

Quando a superfície a ser imprimada, for constituída de macadame hidráulico, a varredura deverá prosseguir até que os fragmentos de pedras entrosados, que compõem o macadame, sejam descobertos e limpos, mas não desalojados. A limpeza deverá ser feita com tempo suficiente para permitir que a superfície seque perfeitamente, antes da aplicação do material betuminoso, no caso de serem aplicados.



Telesny
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



5.3- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

5.3.1- Pintura de ligação

Após a varrição do Pavimento, aplica-se o ligante asfáltico adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O ligante asfáltico não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, quando esta estiver eminente ou quando a superfície a ser pintada apresentar qualquer sinal de excesso de umidade. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. A faixa de viscosidade recomendada para espalhamento é de 30 a 60 segundos Saybolt-Furol para AD, EA e CAP.

Deve-se pintar a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo-se a pintura da adjacente, quando a primeira meia-pista for aberta ao trânsito. Logo que possível dever-se-á executar a camada asfáltica sobre a superfície pintada.

A fim de evitar a superposição ou excesso nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel impermeável transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais são, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida.

A uniformidade depende do equipamento empregado na distribuição. Ao se iniciar o serviço, deve ser realizada uma descarga de 15 a 30 segundos, para que se possa controlar a uniformidade de distribuição. Esta descarga pode ser feita fora da pista, ou na própria pista, quando o carro distribuidor estiver dotado de uma calha colocada abaixo da barra distribuidora, para recolher o ligante asfáltico.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br





Teles
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



Após aplicação do ligante deve ser esperado o escoamento da água e evaporação em decorrência da ruptura.

A tabela 37 do caderno técnico de pavimentação do DNIT- “G40”, apresenta os parâmetros referenciais adotados e o respectivo consumo do material.

Tabela 37 - Consumo de emulsão asfáltica - pintura de ligação

Taxa de aplicação (l/m ²)	Percentual de diluição (%)	Massa específica emulsão (t/l)	Consumo (t/m ²)
0,9000	50,00	0,00100	0,00045

5.3.2- Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais

O revestimento asfáltico (capa) consistirá de uma camada de concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.), com espessura média de 3 (três) centímetros (compactados).

Composição da Mistura do C.B.U.Q: A mistura da massa asfáltica do tipo CBUQ deverá constituir-se em uma mistura uniforme de agregados e cimento asfáltico do tipo CAP-50/70, no teor de 6% em peso, conforme método Marshall.

A mistura de agregados para o concreto asfáltico (CBUQ) a ser utilizado deverá consumir, para 1 Tonelada de CBUQ, as quantidades do quadro a seguir:

A dosagem é definida a partir da composição granulométrica apresentada na tabela 78 do caderno técnico do DNIT, “G64”.



Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



Tabela 78 - Composição granulométrica para concreto asfáltico - faixa B

Material	Peneira de malha quadrada		Porcentagem passando, em massa (%)	Porcentagem retida, em massa (%)		
	ABNT	Abertura (mm)		Mínima	Máxima	Média
Brita 3	1 1/2"	38,100	100-100	0,00	0,00	0,00
Brita 2	1"	25,400	95-100	5,00	0,00	2,50
Brita 1	3/4"	19,100	80-100	15,00	0,00	7,50
	1/2"	12,700	56,67-86,67	23,33	13,33	18,33
Brita 0	3/8"	9,500	45-80	11,67	6,67	9,17
Pedrisco	Nº 4	4,750	28-60	17,00	20,00	18,50
Areia média	Nº 10	2,000	20-45	8,00	15,00	11,50
	Nº 40	0,425	10-32	10,00	13,00	11,50
	Nº 80	0,180	8-20	2,00	12,00	7,00
	Nº 200	0,075	3-8	5,00	12,00	8,50

A tabela 79 do caderno técnico de usinagem “G64”, apresenta os parâmetros referenciais adotados e os respectivos consumos dos materiais apresentados.

Tabela 79 - Consumos dos insumos - usinagem de concreto asfáltico - faixa B

Material	Unidade	Porcentagem em massa (%)	Porcentagem efetiva (%)	Massa (t/t)	Massa específica (t/m³)	Consumo (un/t)
Brita 1	m³	28,330	26,730	0,26730	1,50000	0,17820
Brita 0	m³	9,170	8,648	0,08648	1,50000	0,05765
Pedrisco	m³	18,500	17,453	0,17453	1,50000	0,11635
Areia média	m³	38,500	36,321	0,36321	1,50000	0,24214
Cal hidratada	kg	5,500	5,188	0,05188	1,40000	51,88000
Cimento asfáltico	t	6,000	5,660	0,05660	-	0,05660
Concreto asfáltico	t	-	100,000	1,00000	-	-

Nota: Caberá à empresa vencedora da licitação os ensaios que comprovem a composição requerida do CBUQ e submetê-los à apreciação da Fiscalização.

Execução:

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br





Telesony
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



O Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) será produzido na usina de asfalto a quente, atendendo aos requisitos especificados. Ao sair do misturador, a massa deve ser descarregada diretamente nos caminhões basculantes e transportada para o local de aplicação. Os caminhões utilizados no transporte deverão possuir lona para proteger e manter a temperatura da mistura asfáltica a ser aplicada na obra. A descarga da mistura será efetuada na caçamba de uma vibro-acabadora de asfalto, a qual irá proceder o espalhamento na pista que deverá ter como objetivo a pré-conformação da seção de projeto e deverá permitir que a espessura mínima seja de 3 (TRÊS) centímetros.

Em conjunto com a vibro-acabadora, deverá atuar o rolo pneumático auto-propulsionado de pressão variável, cujos pneumáticos deverão ter suas respectivas pressões internas aumentadas gradativamente, com o suceder das passadas. Como unidade de acabamento, será utilizada um rolo metálico, tipo tandem.

Medição:

O Concreto Betuminoso Usinado á Quente (C.B.U.Q.) para capa será medido através da quantidade de mistura, em toneladas aplicadas no local da obra, através do ticket de balança.

5.3.3- Distribuição e compactação da mistura

A distribuição do concreto asfáltico deve ser feita por equipamentos adequados, conforme especificado no item 5.3 da Norma DNIT 031/2006 - Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico - Especificação de serviço. Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas devem ser sanadas pela adição manual de concreto asfáltico, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos. Após a distribuição do concreto asfáltico, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar. Caso



Telesny
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual deve ser aumentada à medida que a mistura seja compactada, e, consequentemente, suportando pressões mais elevadas.

5.3.4- Aquisição de emulsão asfáltica RR- 1C

A aquisição do material asfáltico é definida com base na portaria nº 1977 de 25 de outubro de 2017, do DNIT e com base nos preços fornecidos pela ANP.

De acordo com este documento, que determinam o valor do material asfáltico por meio de fórmulas e cálculos de reajustamentos mensais, os preços dos materiais asfálticos serão definidos em função do binômio “aquisição + transporte”.

O valor do ligante RR-1C é definido através de um cálculo específico anexo na planilha orçamentária envolvendo o preço definido pela ANP e os impostos envolvidos (ICMS, PIS e COFINS) adicionando um BDI de 15%.

5.3.5- Aquisição de emulsão asfáltica CAP-50- 70

A aquisição do material asfáltico é definida com base na portaria nº 1977 de 25 de outubro de 2017, do DNIT e com base nos preços fornecidos pela ANP.

De acordo com este documento, que determinam o valor do material asfáltico por meio de fórmulas e cálculos de reajustamentos mensais, os preços dos materiais asfálticos serão definidos em função do binômio “aquisição + transporte”.

O valor do ligante CAP-50-70 é definido através de um cálculo específico anexo na planilha orçamentária envolvendo o preço definido pela ANP e os impostos envolvidos (ICMS, PIS e COFINS) adicionando um BDI de 15%.

5.3.6- Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada

O concreto asfáltico produzido deve ser transportado, da usina ao ponto de



Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



aplicação, em caminhão tipo basculante, para o transporte do concreto asfáltico usinado a quente, devem ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura à chapa. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante asfáltico (óleo diesel, gasolina etc.) não é permitida. Cada carregamento deve ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

5.3.7- Cálculo de transporte de material asfáltico

Esta especificação refere-se, exclusivamente, ao transporte e descarga de material asfáltico oriundo da fornecedora da emulsão asfáltica RR-1C até o local da obra. Será feito o transporte com caminhão tanque com capacidade de 30.000 litros até o local da obra, em número e capacidade adequados, que possibilitem a execução do serviço com a produtividade requerida.

5.4- SINALIZAÇÃO DE VIAS

5.4.1- Pintura de eixo viário sobre asfalto com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro, aplicação mecânica com demarcadora autopropelida. Af_05/2021

Faixa horizontal com tinta reflexiva a base de resina acrílica emulsificada em água. A fase de execução envolve as etapas de preparação do revestimento, pré-marcação e pintura. A tinta utilizada deverá atender a norma NBR 13699.

A espessura da tinta após aplicação, quando úmida, deverá ser no mínimo 0,5 mm. a sua espessura após a secagem deverá ser no mínimo 0,3 mm, quando medida sem adição de micro-esferas de vidro “drop on”.



Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



5.4.2- Pintura de faixa - tinta base acrílica - espessura de 0,4 mm

Consiste na execução de faixas que tem a função de definir e orientar os pedestres ordenando-os e orientando os locais de travessia na pista. Essas travessias são conhecidas como “faixas de segurança” e serão executadas em locais indicados nos projetos.

A faixa de segurança será executada com tinta acrílica na cor branca com as medidas de 3,00m x 0,30 m, com espaçamento conforme detalhe em projeto, com espessura de 0,4 mm.

Além da faixa de segurança será executado uma Faixa de Retenção com largura de 0,30m. Será localizada a uma distância de 1,60m antes da faixa de segurança, nos dois lados da faixa (apenas no lado do sentido do veículo), conforme o projeto em anexo, com espessura de 0,4 mm. A sinalização deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado.



Telesny
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



6.0- OBSERVAÇÕES

É exigência indispensável da SEINFRA que todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos e de primeira qualidade.

Para todos os materiais especificados serão admitidas apenas marcas originais. As marcas e modelos deverão ser aprovados previamente pela fiscalização.

A contratada pela obra é responsável por todos os itens relacionados com a execução da mesma, tais como: materiais, mão-de-obra, obrigações sociais, seguros e equipamentos necessários a uma perfeita execução dos serviços.

A contratada será obrigada a empregar na construção, pessoal especializado. A fiscalização terá poderes para afastar da obra, qualquer funcionário que julgar indesejável ou prejudicial ao bom andamento dos serviços.

Toda obra deverá ser acompanhada de projetos e detalhes fornecidos em desenhos e memorial descritivo, os quais obedecerão aos critérios da construção definida.

Em caso de omissão de especificações, prevalecerá o disposto no projeto arquitetônico, ou, na discriminação do orçamento. Quando houver omissão no projeto arquitetônico e nas especificações, será consultada a fiscalização.

Os serviços que porventura ficarem omissos nestas especificações e/ou projetos, somente serão considerados extraordinários quando autorizados pela fiscalização e com os órgãos envolvidos no projeto.

A inobservância das presentes especificações ou projetos implica na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a contratada refazer as partes renegadas sem direito a indenização.



Telesny
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



A obra deverá ter as instalações provisórias necessárias ao seu bom funcionamento, inclusive banheiro.

A contratada fará um local apropriado para abrigo de ferramentas e materiais necessários ao bom andamento de todos os serviços.

A contratada é obrigada a manter na obra um conjunto de todas as plantas e especificações para que sejam facilitados os serviços de fiscalização.

A contratada se responsabilizará pela colocação de placa de identificação do programa de financiamento, contendo detalhamento sobre a executora dos serviços.

Serão de responsabilidade da construtora todas as taxas e impostos referentes ao período de execução dos serviços.

Os materiais a serem empregados nas construções deverão atender as características estabelecidas pela fiscalização da SEINFRA e na falta deste às normas da ABNT no que couber;

Os materiais não aprovados pela fiscalização terão um prazo de 48 horas para a retirada do recinto da obra.

Qualquer sobra de material existente por ocasião do término dos serviços deverá ser retirada imediatamente do local da obra.

Todos os empreiteiros deverão por obrigação acatar as ordens da fiscalização da obra.

Toda e qualquer modificação que venha a surgir por ocasião dos serviços deverá ser comunicada imediatamente, a fim de que a fiscalização tome conhecimento e ordene as providências a serem tomadas.

Todos os materiais utilizados nas argamassas e concretos deverão ser isentas de impurezas, tais como materiais orgânicos, óleos, sais, pedras, etc.



Telesny
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



7.0- CUSTOS

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br





SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



8.0- PLANTAS TÉCNICAS


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br





SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



9.0- ANEXO


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

PLANILHA RESUMO

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO		LEIS SOCIAIS (%): 114,54	BDI MATERIAL(%): 15,00
			BDI SERVIÇOS(%): 25,00
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (%)
1.0	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.	852.514,00	
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	39.804,10	4,67%
1.2	TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI	271.126,82	31,80%
1.3	TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA	541.583,08	63,53%
TOTAL		R\$ 852.514,00	100,00%

Total do Orçamento R\$ 852.514,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quatorze reais)

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%): 114,54		BDI MATERIAL(%): 15,00				BDI SERVIÇOS(%): 25,00		
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (%)	30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		TOTAL (R\$)	TOTAL (%)	
											META	GERAL
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	39.804,10	4,67%	13.135,35	33,00%	13.533,39	34,00%	13.135,35	33,00%	39.804,10	100,00%	4,67%
2.0	TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI	271.126,82	31,80%	271.126,82	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	271.126,82	100,00%	31,80%
3.0	TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA	541.583,08	63,53%	127.759,45	23,59%	289.097,05	53,38%	124.726,58	23,03%	541.583,08	100,00%	63,53%
	TOTAL GERAL	852.514,00	100,00%	412.021,62	48,33%	302.630,44	35,50%	137.861,94	16,17%	852.514,00	100,00%	100,00%
	TOTAL ACUMULADO			412.021,62	48,33%	714.652,06	83,83%	852.514,00	100,00%			

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI

COMPRIMENTO= 400,00

LARGURA= VARIÁVEL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%): 114,54			BDI MATERIAL(%): 15,00	BDI SERVIÇOS(%): 25,00
ÍTEM	CÓDIGO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	TOTAL
1.0		SERVIÇOS INICIAIS					17.985,19
1.1	COMP.02	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	5,12	202,40	1.036,29	
1.2	COMP.12	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO	UN	1,00	16.948,90	16.948,90	
2.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					252,00
2.1	4011212	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	m²	2.800,00	0,09	252,00	
3.0		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					245.526,12
3.1	4011353	Pintura de ligação	m²	2.480,00	0,35	868,00	
3.2	4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	297,60	250,69	74.605,34	
3.3	COMP.18	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	T	1,12	4.449,20	4.983,10	BDI MATERIAL
3.4	COMP.19	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	T	16,84	5.912,98	99.574,58	BDI MATERIAL
3.5	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	476,16	1,03	490,44	
3.6	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	4.999,68	1,03	5.149,67	
3.7	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	48.508,80	1,03	49.964,06	
3.8	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	1,12	550,72	616,81	BDI MATERIAL
3.9	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	16,84	550,72	9.274,12	BDI MATERIAL
4.0		SINALIZAÇÃO					7.363,51
4.1	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	131,00	8,03	1.051,93	
4.2	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	786,00	8,03	6.311,58	
TOTAL GERAL							271.126,82

Total do Orçamento R\$ 271.126,82 (duzentos e setenta e um mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos)
Tabela de referência utilizada: SEM DESONERAÇÃO incluso BDI de serviço - 25% e BDI de material - 15%


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA

COMPRIMENTO= 699,30

LARGURA= VARIÁVEL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%): 114,54			BDI MATERIAL(%): 15,00	BDI SERVIÇOS(%): 25,00
ÍTEM	CÓDIGO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	TOTAL
1.0		SERVIÇOS INICIAIS					17.985,19
1.1	COMP.02	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	5,12	202,40	1.036,29	
1.2	COMP.12	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO	UN	1,00	16.948,90	16.948,90	
2.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					468,30
2.1	4011212	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	m²	5.203,36	0,09	468,30	
3.0		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					515.766,08
3.1	4011353	Pintura de ligação	m²	4.643,92	0,35	1.625,37	
3.2	4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	557,28	250,69	139.704,52	
3.3	COMP.18	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	T	2,10	4.836,09	10.155,79	BDI MATERIAL
3.4	COMP.19	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	T	31,54	6.427,15	202.712,31	BDI MATERIAL
3.5	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	891,65	1,03	918,40	
3.6	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	9.362,15	1,03	9.643,01	
3.7	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	127.057,71	1,03	130.869,44	
3.8	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	2,10	598,61	1.257,08	BDI MATERIAL
3.9	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	31,54	598,61	18.880,16	BDI MATERIAL
4.0		SINALIZAÇÃO					7.363,51
4.1	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	131,00	8,03	1.051,93	
4.2	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	786,00	8,03	6.311,58	
TOTAL GERAL							541.583,08

Total do Orçamento R\$ 541.583,08 (quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e três reais e oito centavos)

Tabela de referência utilizada: SEM DESONERAÇÃO incluso BDI de serviço - 25% e BDI de material - 15%


Tiago Queiroz Madalena Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

TD 01-0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

MEMORIAL DE CÁLCULO

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ESPESSURA (m)	PESO ESPECÍFICO t/m³	FH/ PORCENTAGEM %	TAXA APLICAÇÃO (t/m2)	DMT	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	PESO (t)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÍTEM
1.0	SERVIÇOS INICIAIS																	
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	M2	AQUI1.1	1,00	3,20	1,60						5,12		0,00		5,12	5,12
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		M2	AQUI1.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		5,12
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB1.2	1,00								0,00		0,00		1,00	1,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB1.2									0,00		0,00		0,00	0,00
																		1,00
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES																	
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETADA CEM	m²	Varr2.1	1,00	400,00	7,00						2.800,00		0,00		2.800,00	2.800,00
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	Varr2.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		2.800,00
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA																	
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETADA CEM- RR-1C	m²	Pin3.1	1,00	400,00	6,20						2.480,00		0,00		2.480,00	2.480,00
3.1	Pintura de ligação		m²	Pin3.1									0,00		0,00		0,00	0,00
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETADA CEM- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40				2.480,00	124,00	297,60		297,60	297,60
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais		t	Conc3.2									0,00		0,00		0,00	0,00
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSAO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- RR- 1C	T	AQUI3.3	1,00	400,00	6,20				0,000450		2.480,00	0,00	1,12		1,12	297,60
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSAO ASFÁLTICA RR- 1C		T	AQUI3.3									0,00		0,00		0,00	1,12
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUI3.4	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,056600			2.480,00	124,00	297,60		16,84	16,84
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70		T	AQUI3.4									0,00		0,00		0,00	0,00
																		16,84
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,080000		20,00	2.480,00	124,00	297,60		476,16	476,16
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.5									0,00		0,00		0,00	0,00
																		476,16
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,840000		20,00	2.480,00	124,00	297,60		4.999,68	4.999,68
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.6	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00			20,00	0,00		0,00		-	0,00
																		4.999,68
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETADA CEM- CBUQ	tkm	Tran3.7	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40			163,00	2.480,00	124,00	297,60		48.508,80	48.508,80
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.7									0,00		0,00		-	0,00
																		48.508,80
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- RR- 1C	T	CÁLC3.8	1,00	400,00	6,20				0,000450		2.480,00	0,00	1,12		1,12	1,12
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.8									0,00		0,00		0,00	0,00
																		1,12
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,056600			2.480,00	124,00	297,60		16,84	16,84
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.9									0,00		0,00		0,00	0,00
																		16,84
4.0	SINALIZAÇÃO																	
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- LFO- 2	M	PINT4.1	1,00	131,00							0,00		0,00		131,00	131,00
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021		M	PINT4.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		131,00
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- LBO	M	PINT4.2	1,00	786,00							0,00		0,00		786,00	786,00
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021		M	PINT4.2									0,00		0,00		0,00	0,00
																		786,00

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PRIPIRI

TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA

MEMORIAL DE CÁLCULO

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ESPESSURA (m)	PESO ESPECÍFICO t/m³	FIU PORCENTAGEM %	TAXA APLICADA (t/m²)	DMT	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	PESO (t)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ITEM
1.0	SERVIÇOS INICIAIS																	
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	M2	AQU1.1	1,00	3,20	1,60						5,12		0,00		5,12	5,12
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		M2	AQU1.1									0,00		0,00		0,00	0,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB1.2	1,00								0,00		0,00		1,00	1,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB1.2									0,00		0,00		0,00	0,00
																		1,00
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES																	
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	354,020	8,00						2.832,16		0,00		2.832,16	2.832,16
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	154,48	7,00						1.081,36		0,00		1.081,36	1.081,36
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	67,16	7,00						470,12		0,00		470,12	470,12
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	55,63	7,40						411,66		0,00		411,66	411,66
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	68,010	6,00						408,06		0,00		408,06	408,06
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	Varr2.1									0,00		0,00		0,00	0,00
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	Varr2.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		5.283,36
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA																	
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	354,02	7,20						2.548,94		0,00		2.548,94	2.548,94
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	154,48	6,20						957,78		0,00		957,78	957,78
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	67,16	6,20						416,39		0,00		416,39	416,39
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	55,63	6,60						367,16		0,00		367,16	367,16
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	68,01	5,20						353,65		0,00		353,65	353,65
3.1	Pintura de ligação		m²	Pint3.1									0,00		0,00		0,00	0,00
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40				2.548,94	127,45	305,88		305,88	4.643,32
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40				957,78	47,89	114,94		114,94	305,88
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40				416,39	20,82	49,97		49,97	49,97
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40				367,16	18,36	44,06		44,06	44,06
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40				353,65	17,68	42,43		42,43	42,43
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais		t	Conc3.2									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQU3.3	1,00	354,02	7,20		0,000450				2.548,94	0,00	1,15		1,15	1,15
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQU3.3	1,00	154,48	6,20		0,000450				957,78	0,00	0,43		0,43	0,43
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQU3.3	1,00	67,16	6,20		0,000450				416,39	0,00	0,19		0,19	0,19
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQU3.3	1,00	55,63	6,60		0,000450				367,16	0,00	0,17		0,17	0,17
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQU3.3	1,00	68,01	5,20		0,000450				353,65	0,00	0,16		0,16	0,16
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C		T	AQU3.3									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQU3.4	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,056600			2.548,94	127,45	305,88		17,31	17,31
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQU3.4	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,056600			957,78	47,89	114,94		6,51	6,51
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQU3.4	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,056600			416,39	20,82	49,97		2,83	2,83
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQU3.4	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,056600			367,16	18,36	44,06		2,49	2,49
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQU3.4	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,056600			353,65	17,68	42,43		2,40	2,40
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70		T	AQU3.4									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,080000			2.548,94	127,45	305,88		489,41	489,41
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,080000			957,78	47,89	114,94		183,90	183,90
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,080000			416,39	20,82	49,97		79,95	79,95
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,080000			367,16	18,36	44,06		70,50	70,50
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,080000			353,65	17,68	42,43		67,89	67,89
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.5									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,840000			2.548,94	127,45	305,88		5.138,67	5.138,67
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,840000			957,78	47,89	114,94		1.930,88	1.930,88
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,840000			416,39	20,82	49,97		839,45	839,45
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,840000			367,16	18,36	44,06		740,19	740,19
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,840000			353,65	17,68	42,43		712,96	712,96
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.6	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00				0,00	0,00	0,00		-	0,00
																		9.362,15

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PRIPIRI

TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA

MEMORIAL DE CÁLCULO

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ESPESSURA (m)	PESO ESPECÍFICO t/m³	FM PORCENTAGEM %	TAXA APLICACÃO (t/m²)	DMT	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	PESO (t)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ITEM
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40			228,00	2.548,94	127,45	305,88		69.739,11	69.739,11
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40			228,00	957,78	47,89	114,94		26.204,75	26.204,75
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40			228,00	416,39	20,82	49,97		11.302,40	11.302,40
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40			228,00	367,16	18,36	44,06		10.045,44	10.045,44
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40			228,00	353,65	17,68	42,43		9.675,92	9.675,92
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		dm	Tran3.7									0,00	0,00	0,00		-	0,00
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	354,02	7,20				0,000450		2.548,94	0,00	1,15		1,15	127.457,71
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	154,48	6,20				0,000450		957,78	0,00	0,43		0,43	6,43
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	67,16	6,20				0,000450		416,39	0,00	0,19		0,19	6,19
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	55,63	6,60				0,000450		367,16	0,00	0,17		0,17	6,17
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	68,01	5,20				0,000450		353,65	0,00	0,16		0,16	6,16
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.8									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,056600			2.548,94	127,45	305,88		17,31	17,31
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,056600			957,78	47,89	114,94		6,51	6,51
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,056600			416,39	20,82	49,97		2,83	2,83
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,056600			367,16	18,36	44,06		2,49	2,49
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,056600			353,65	17,68	42,43		2,40	2,40
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.9									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.0	SINALIZAÇÃO																	31,54
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	115,67							0,00	0,00			115,67	115,67
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	49,16							0,00	0,00			49,16	49,16
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	20,05							0,00	0,00			20,05	20,05
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	16,21							0,00	0,00			16,21	16,21
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	20,34							0,00	0,00			20,34	20,34
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021		M	PINT4.1									0,00	0,00			0,00	0,00
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	694,04							0,00	0,00			694,04	694,04
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	294,96							0,00	0,00			294,96	294,96
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	120,32							0,00	0,00			120,32	120,32
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	97,26							0,00	0,00			97,26	97,26
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	122,02							0,00	0,00			122,02	122,02
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021		M	PINT4.2									0,00	0,00			0,00	0,00
																		1.328,60

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO LEIS SOCIAIS (%): 114,54 BDI MATERIAL(%): 15,00
BDI SERVIÇOS(%): 25,00

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (%)
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,670%
SG	SEGURO E GARANTIA	0,740%
R	RISCOS	0,970%
DF	DESPESA FINANCEIRA	1,210%
L	LUCRO	8,380%
I	TRIBUTOS E IMPOSTOS	6,650%
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	0,650%
COFINS	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3,000%
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA/ CÓDIGO TRIBUTÁRIO - CAPITULO XII E ANEXO III (LISTA DE SERVIÇOS)	3,000%
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA	0,000%
BDI	TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	25,00%

$$BDI = \{ [(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)] / [1 - (PIS + COFINS + ISS + CPRB)] \} - 1$$

Cálculo em conformidade com o acórdão nº 2622/2013-TCU e Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015.

OBSERVAÇÕES

- a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, que será um percentual entre 2% e 5%, aplicado sobre o percentual de mão de obra em relação ao valor total da obra.
- b) Para análise de orçamentos considerando a desoneração sobre a folha de pagamento, prevista na lei nº 12.844/2013, deverá ser adotada uma alíquota de 4,5% sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Quando a opção orçamentária não considerar a desoneração da folha de pagamento, deverá ser adotada uma alíquota de 0% no referido item.
- c) Para o tipo de obra "Construção de Edifícios", enquadram-se: a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo; casas e residências unifamiliares; edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus); a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo; consultórios e clínicas médicas; escolas; escritórios comerciais; hospitais; hotéis, motéis e outros tipos de alojamento; lojas, galerias e centros comerciais; restaurantes e outros estabelecimentos similares; shopping centers; a construção de edifícios destinados a outros usos específicos; armazéns e depósitos; edifícios garagem, inclusive garagens subterrâneas; edifícios para uso agropecuário; estações para trens e metropolitanos; estádios esportivos e quadras cobertas; igrejas e outras construções para fins religiosos (templos); instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.); penitenciárias e presídios; postos de combustível; a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.); as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes; a montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária, quando não realizadas pelo próprio fabricante, conforme classificação 4120-4/00 do CNAE.


Tiago Queiroz Madalena Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI- FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO		LEIS SOCIAIS (%):	114,54	BDI MATERIAL(%):	15,00
				BDI SERVIÇOS(%):	25,00
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (%)			
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,770%			
SG	SEGURO E GARANTIA	0,250%			
R	RISCOS	0,500%			
DF	DESPESA FINANCEIRA	1,020%			
L	LUCRO	5,000%			
I	TRIBUTOS E IMPOSTOS	3,650%			
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	0,650%			
COFINS	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3,000%			
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA/ CÓDIGO TRIBUTÁRIO - ANEXO III (LISTA DE SERVIÇOS)	0,000%			
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA	0,000%			
BDI	TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRECTAS	15,00%			

$$BDI = \{ [(1 + AC + L) / [1 - (SG + R + DF + PIS + COFINS + ISS + CPRB)] \} - 1$$

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Instrução Normativa N° 62/DNIT SEDE

OBSERVAÇÕES
a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, que será um percentual entre 2% e 5%, aplicado sobre o percentual de mão de obra em relação ao valor total da obra.
b) Para análise de orçamentos considerando a desoneração sobre a folha de pagamento, prevista na lei nº 12.844/2013, deverá ser adotada uma alíquota de 4,5% sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Quando a opção orçamentária não considerar a desoneração da folha de pagamento, deverá ser adotada uma alíquota de 0% no referido item.
c) Para o tipo de obra "Construção de Edifícios", enquadram-se: a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo; casas e residências unifamiliares; edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus); a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo; consultórios e clínicas médicas; escolas; escritórios comerciais; hospitais; hotéis, motéis e outros tipos de alojamento; lojas, galerias e centros comerciais; restaurantes e outros estabelecimentos similares; shopping centers; a construção de edifícios destinados a outros usos específicos; armazéns e depósitos; edifícios garagem, inclusive garagens subterrâneas; edifícios para uso agropecuário; estações para trens e metropolitanos; estádios esportivos e quadras cobertas; igrejas e outras construções para fins religiosos (templos); instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.); penitenciárias e presídios; postos de combustível; a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.); as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes; a montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária, quando não realizadas pelo próprio fabricante, conforme classificação 4120-4/00 do CNAE.


Tiago Queiroz Madalena Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI
PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

PIAUÍ

VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/ 2023

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	Total	36,80%	36,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,82%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,64%
B4	13º Salário	11,09%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,18%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	13,76%	10,34%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	49,59%	20,02%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,36%	4,03%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	0,96%	0,72%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,52%	1,89%
C5	Indenização Adicional	0,45%	0,34%
C	Total	9,42%	7,07%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	18,25%	7,37%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,48%	0,36%
D	Total	18,73%	7,73%
TOTAL(A+B+C+D)		114,54%	71,62%


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Superintendência de Defesa da Concorrência

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Importante: Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por menos de 03 (três) distribuidoras, a tabela indicará campo vazio.

Mês	Produto	Estado	Preço
out/24	ASFALTOS DILUÍDOS CM-30	Ceará	4,86722
out/24	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Ceará	4,00024
out/24	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Ceará	2,82388
out/24	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Ceará	2,97696

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO					LEIS SOCIAIS (%):	114,54	BDI MATERIAL(%):	15,00	
COMP.12 MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO					UN		BDI SERVIÇOS(%):	25,00	
Código	EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE	Distância (km)	Velocidade Média (km/h)	Quant.	Fator de Utilização	Custo Transporte	Custo Total	R\$ 13.559,12	
E9577	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	374	60	1	0,50	R\$ 377,83	R\$ 1.177,57	E9665	
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	374	60	1	0,50	R\$ 377,83	R\$ 1.177,57	E9665	
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	374	60	1	0,50	R\$ 377,83	R\$ 1.177,57	E9665	
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW	374	60	1	0,50	R\$ 377,83	R\$ 1.177,57	E9665	
E9584	Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW	374	60	1	0,50	R\$ 377,83	R\$ 1.177,57	E9665	
							R\$ 5.887,85		

Código	EQUIPAMENTOS DE MEDIO PORTE	Distância (km)	Velocidade Média (km/h)	Quant.	Fator de Utilização	Custo Transporte	Custo Total	Veículo de Transporte
E9544	Vassoura mecânica rebocável com largura de 2,44 m	374	60	1	0,5	R\$ 242,48	R\$ 755,74	E9592
							R\$ 755,74	

Código	VEÍCULOS DE PRODUÇÃO	Distância (km)	Velocidade Média (km/h)	Quant.	Fator de Utilização	Custo Transporte	Custo Total	Veículo de Transporte
E9684	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW	374	60	1	0,50	R\$ 107,09	R\$ 333,76	E9684
E9509	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	374	60	1	0,50	R\$ 244,92	R\$ 763,33	E9509
E9558	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	374	60	2	0,50	R\$ 55,24	R\$ 344,33	E9558
E9579	Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 210 kW	374	60	4	0,50	R\$ 290,15	R\$ 3.617,20	E9579
E9644	Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio - 28 kW/115 kW	374	60	1	0,50	R\$ 353,32	R\$ 1.101,18	E9644
E9592	Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	374	60	1	0,50	R\$ 242,48	R\$ 755,73	E9592
							R\$ 6.915,53	

$$CM_{ob} = \left(\frac{DM \times K \times FU}{V} \right) \times CH$$

onde:

CM_{ob} representa o custo de mobilização;
DM representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);
K representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;
FU representa o fator de utilização do veículo transportador;
V representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;
CH representa o custo horário do veículo transportador.

O fator K será igual a 1 quando o veículo não retornar e 2 quando o veículo transportador retornar ao local de origem.

Já o fator FU representa o inverso do número de equipamentos a serem transportados nos diferentes veículos transportadores.

CUSTO GLOBAL:	R\$ 13.559,12
BDI:	R\$ 3.389,78
TOTAL:	R\$ 16.948,90

CÁLCULO DO CUSTO DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO REALIZADO DE ACORDO COM: MANUAL DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - VOLUME 09 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO - 2017 - DNIT

Tiago Queiroz Madrinha Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO

LEIS SOCIAIS (%): 114,54

BDI MATERIAL(%): 15,00

BDI SERVIÇOS(%): 25,00

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO		Piauí		FIC 0,00288		1.500,00 m²	
Custo Unitário de Referência		Julho/2024		Produção da equipe		Valores em reais (R\$)	
4011353 Pintura de ligação							
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	Horário Total
E9509	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	1,00000	1,00	0,00	257,2789	68,9388	257,2789
E9558	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,00000	1,00	0,00	58,0332	39,6409	116,0664
					Custo horário total de equipamentos		373,3453
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total	
P9824	Servente	2,00000	h	20,1198		40,2396	
				Custo horário total de mão de obra		40,2396	
				Custo horário total de execução		413,5849	
				Custo unitário de execução		0,2757	
				Custo do FIC		0,0008	
				Custo do FIT		-	
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário	
M1946	Emulsão asfáltica RR-1C	0,00045	t	0,0000		0,0000	
				Custo unitário total de material		0,0000	
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário	
				Custo total de atividades auxiliares			
				Subtotal		0,2765	
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
					Custo unitário total de tempo fixo		
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT		Custo Unitário	
				LN	RP	P	
				Custo unitário total de transporte		-	
				Custo unitário direto total		0,28	

Obs.

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO	Piauí	FIC 0,00288
---	-------	-------------


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%): 114,54		BDI MATERIAL(%): 15,00
Custo Unitário de Referência				Julho/2024		BDI SERVIÇOS(%): 25,00
4011459 Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais				Produção da equipe		99,60 t
						Valores em reais (R\$)
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário	
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	1,00000	0,71	0,29	255,9666	123,1912
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	1,00000	0,82	0,18	288,2315	107,0248
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW	1,00000	1,00	0,00	620,7505	294,2590
					Custo horário total de equipamentos	
					1.093,8265	
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total
P9824	Servente	8,00000	h	20,1198		160,9584
				Custo horário total de mão de obra		160,9584
				Custo horário total de execução		1.254,7849
				Custo unitário de execução		12,5982
				Custo do FIC		0,0363
				Custo do FIT		-
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário
				Custo unitário total de material		
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
6416143	Usinagem de concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	1,00000	t	179,99		179,9900
				Custo total de atividades auxiliares		179,9900
				Subtotal		192,62
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário	
6416143	Usinagem de concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais - Caminhão basculante 10 m³	5914649	1,00000	t	7,93	
					Custo unitário total de tempo fixo	
					7,9300	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT		Custo Unitário
				LN	RP	P
6416143	Usinagem de concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais - Caminhão basculante 10 m³	1,00000	tkm	5914359	5914374	5914389
				Custo unitário total de transporte		-
				Custo unitário direto total		200,55

Obs.

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO

LEIS SOCIAIS (%): 114,54

BDI MATERIAL(%): 15,00
BDI SERVIÇOS(%): 25,00

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Piauí				
Custo Unitário de Referência				Julho/2024		Produção da equipe		373,50 tkm
5914389 Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada								Valores em reais (R\$)
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo	
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	Horário Total	
E9579	Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 188 kW	1,00000	1,00	0,00	304,7812	86,2531	304,7812	
Custo horário total de equipamentos							304,7812	
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total		
						Custo horário total de mão de obra	0,0000	
						Custo horário total de execução	304,7812	
						Custo unitário de execução	0,8160	
						Custo do FIC	0,0000	
						Custo do FIT	-	
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário		
						Custo unitário total de material		
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário		
						Custo total de atividades auxiliares		
						Subtotal	0,8160	
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário	
							Custo unitário total de tempo fixo	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT		Custo Unitário		
				LN	RP	P		
							Custo unitário total de transporte	
							Custo unitário direto total	
							0,82	

Obs.

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Piauí	FIC	Produção da equipe	2.430,24 m²
Custo Unitário de Referência				Julho/2024			Valores em reais (R\$)
4011212 Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico							
A - EQUIPAMENTOS	Quantidade			Utilização		Custo Horário	

Assinatura
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%): 114,54		BDI MATERIAL(%): 15,00
B - EQUIPAMENTOS						BDI SERVIÇOS(%): 25,00
		Quantidade	Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo
E9577	Trator agrícola - 77 kW	1,00000	1,00	0,00	153,5944	56,0363
E9544	Vassoura mecânica rebocável	1,00000	1,00	0,00	12,0258	7,7439
Custo horário total de equipamentos						165,6202
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total
Custo horário total de mão de obra						
Custo horário total de execução						165,6202
Custo unitário de execução						0,0681
Custo do FIC						0,0000
Custo do FIT						-
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário
Custo unitário total de material						
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
Custo total de atividades auxiliares						
Subtotal						0,0681
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário	
Custo unitário total de tempo fixo						
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT		Custo Unitário
				LN	RP	P
Custo unitário total de transporte						-
Custo unitário direto total						0,07

Obs.


Thiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%):		114,5400	BDI MATERIAL (%):	15,00
						BDI SERVIÇOS (%):	25,00
CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M		6,42		
INSUMO	5318	DILUENTE AGUARRAS	L	0,002	31,92	0,06	
INSUMO	7343	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L	0,043	32,49	1,39	
INSUMO	44477	MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA, TIPO II-A (DROP-ON) - NBR 16184	KG	0,025	14,99	0,37	
INSUMO	44478	MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA, TIPO I-B (PREMIX) - NBR 16184	KG	0,011	14,99	0,16	
COMPOSICAO	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,034	27,49	0,93	
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,014	20,64	0,28	
COMPOSICAO	95133	MÁQUINA DEMARCADORA DE FAIXA DE TRÁFEGO À FRIO, AUTOPROPELIDA, POTÊNCIA 38 HP - CHP DIURNO. AF_07/2016	CHP	0,0003	183,79	0,05	
COMPOSICAO	96159	MÁQUINA DEMARCADORA DE FAIXA DE TRÁFEGO À FRIO, AUTOPROPELIDA, POTÊNCIA 38 HP - CHI DIURNO. AF_07/2016	CHI	0,0334	95,45	3,18	
CUSTO DIRETO TOTAL						6,42	
TAXA DE BDI (25,00 %)						1,61	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						8,03	

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
03.URBA.PAGI.029/01	COMP.01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS		31.843,28		
COMPOSICAO	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,708950	121,14	21.406,52	
COMPOSICAO	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	189,208950	21,78	4.120,97	
COMPOSICAO	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	189,208950	33,38	6.315,79	
CUSTO DIRETO TOTAL						31.843,28	
TAXA DE BDI (25,00 %)						7.960,82	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						39.804,10	

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
CANT	COMP.02	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2		161,92		
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,000000	20,64	41,28	
INSUMO	10537	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0.3MM	M2	1,020000	39,03	39,81	
INSUMO	11100	ESMALTE SINTETICO	L	1,000000	31,88	31,88	
INSUMO	5075	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,150000	20,34	3,05	
INSUMO	4491	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	4,500000	10,20	45,9	
CUSTO DIRETO TOTAL						161,92	
TAXA DE BDI (25,00 %)						40,48	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						202,40	

Handwritten signature
Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%):		114,5400	BDI MATERIAL(%):	15,00
						BDI SERVIÇOS(%):	25,00
CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE		PREÇO	TOTAL
TRANSP	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T			478,89	
Conforme portaria nº 1977 de 25 de outubro de 2017 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:							
			Tipo da Rodovia	Equação Tarifária (R\$/t)	D	Total (R\$/t)	
			Rodovia pavimentada	26,939 + 0,253.D	615,00	182,53	
			Rodovia em revestimento primário	26,939 + 0,299.D	0,00	0,00	
			Rodovia em leito natural	26,939 + 0,412.D	0,00	0,00	
						182,53	
OBS-1: Transporte da Refinaria para a Usina de Asfalto (Fortaleza- CE a Campo Maior- PI).							
OBS-2: O índice de reajustamento da tarifa de transporte deve ser realizado de acordo com a Instrução de Serviço nº 01/2019, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 004, de 07 de Janeiro de 2019.							
OBS-3: Taxa de ICMS-Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços no Piauí em			08/2020:	18,00%			
Índice de reajustamento em-			07/2014 (DNIT):	270,237	(DNIT)		
Índice de reajustamento em			11/2024 (DNIT):	581,407	(DNIT)		
Taxa de reajustamento (TR):				2,1514			
Tarifa de Transporte atualizada:			(182,53 . TR) / (1 - ICMS)		=	(182,53 . 2,1514) / (1 - 0,18)	
CUSTO DIRETO TOTAL							478,89
TAXA DE BDI (25,00 %)							71,83
TOTAL DA COMPOSIÇÃO							550.72

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
AQUI	COMP.18	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	T		3.868,87	
Tabela ANP						
Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: RR-1C	Emulsão asfáltica RR-1C	Kg	3,031260		
Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: RR-1C	Emulsão asfáltica RR-1C	t	3.031,26		
Custo de aquisição = Custo direto / (1-(%ICMS+PIS+COFINS)/100)						
Aliquota ICMS	18,00	%				
Aliquota PIS	0,65	%				
Aliquota COFINS	3,00	%				
Total tributos	21,65	%				
Custo de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: RR-1C	Emulsão asfáltica RR-1C	t	1,000000	3.868,87	3.868,87
TAXA DE BDI MATERIAL (15,00 %)						580,33
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						4.449,20

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
AQUI	COMP.19	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	T		5.141,72	
Tabela ANP						
Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: CAP-50-70	Cimento asfáltico CAP 50/70	Kg	4,028540		

Handwritten signature
Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- SEM DESONERAÇÃO

LEIS SOCIAIS (%): 114,5400

BDI MATERIAL (%): 15,00

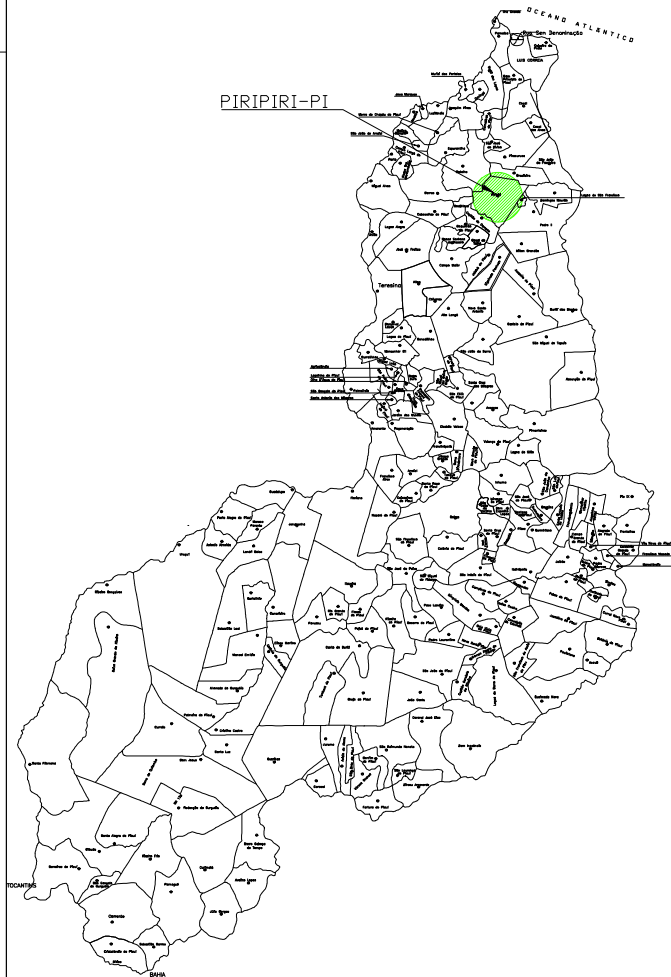
BDI SERVIÇOS (%): 25,00

Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: CAP-50-70	Cimento asfáltico CAP 50/70	t	4.028,54		
Custo de aquisição = Custo direto / (1-(%ICMS+PIS+COFINS)/100)						
Aliquota ICMS	18,00	%				
Aliquota PIS	0,65	%				
Aliquota COFINS	3,00	%				
Total tributos	21,65	%				
Custo de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: CAP-50-70	Cimento asfáltico CAP 50/70	t	1,000000	5.141,72	5.141,72
TAXA DE BDI MATERIAL (15,00 %)						771,26
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						5.912,98


Thiago Queiroz Maderna Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESTADO DO PIAUÍ



		COORDENADA INICIAL	COORDENADA FINAL
1	RUA PROJETADA CEM	E=190050.37 N=9526063.98	E=189789.70 N=9525761.25

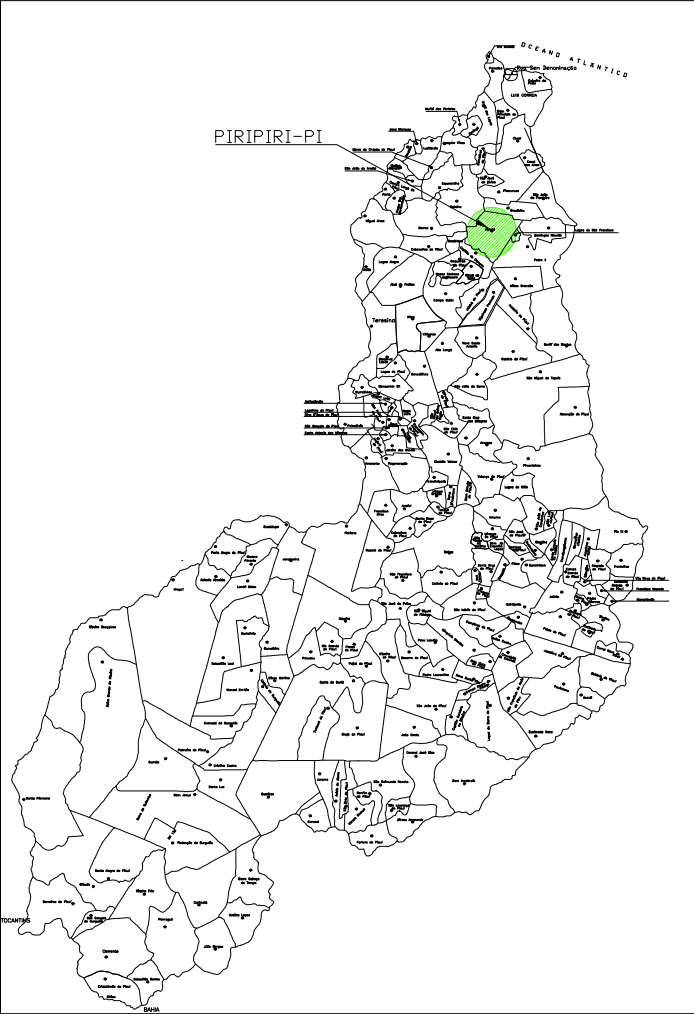
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

TÍTULO	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS		
ENDEREÇO DA OBRA	ZONA RURAL DE PIRIPIRI		
CONTEÚDO	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO		
TRECHO	TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI		
ESCALA	DATA	LOCALIZAÇÃO DA FOLHA	PRANCHA
SEM ESCALA	JANEIRO / 2025	27 28 29	PG01/02

Eng. Civil
CREA 190079219-2



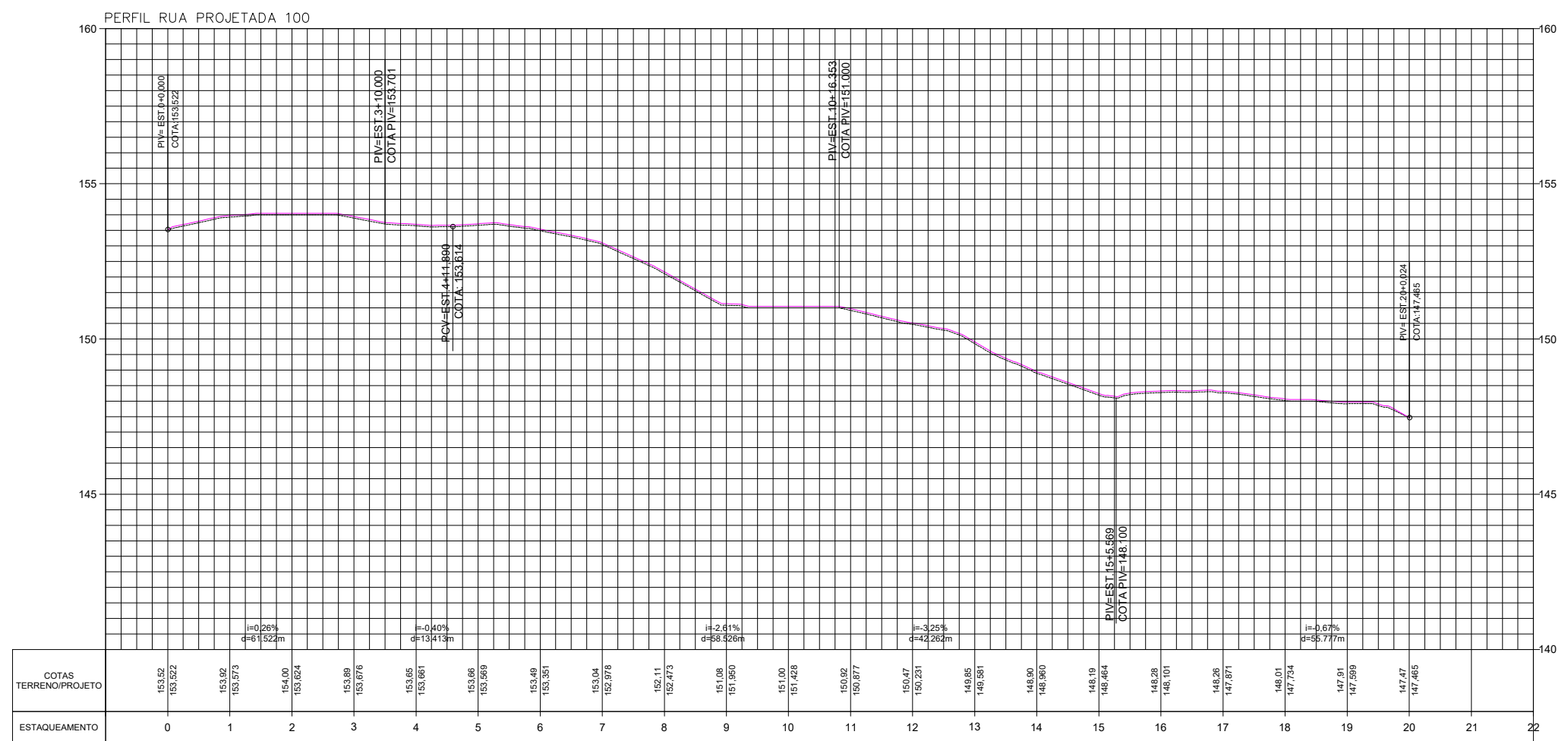
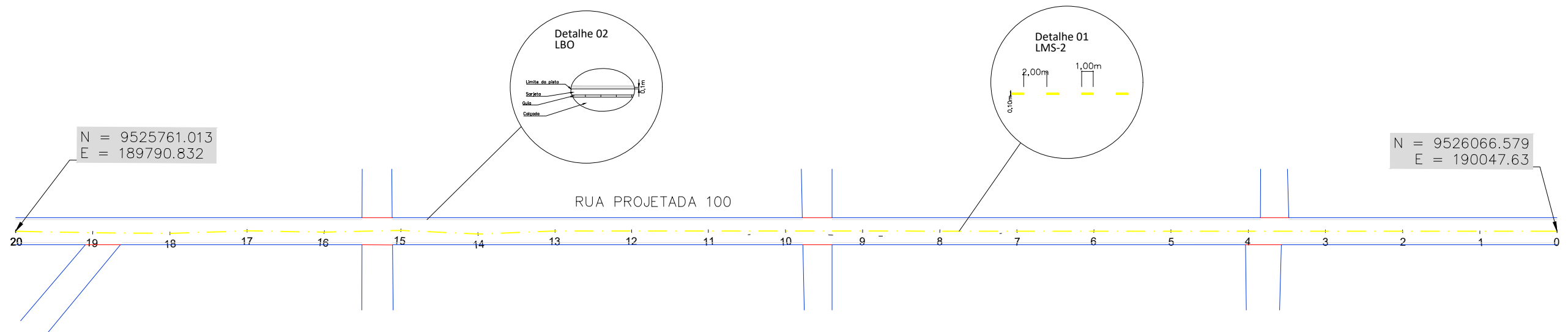
ESTADO DO PIAUÍ



		COORDENADA INICIAL	COORDENADA FINAL
1	RUA PROJETADA 01		
2	RUA PROJETADA 02		
3	RUA PROJETADA 03		
4	RUA PROJETADA 04- TRECHO I		
5	RUA PROJETADA 04- TRECHO II		

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

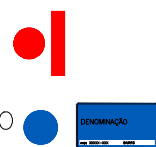
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA			
TÍTULO		PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
ENDEREÇO DA OBRA		ZONA RURAL DE PIRIPIRI	
CONTEÚDO		PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
TRECHO		TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA	
ESCALA	DATA	LOCALIZAÇÃO DA FOLHA	PRANCHA
SEM ESCALA	JANEIRO / 2025	27 28 29	PG02 /02



Eng. Civil
Tiago Queiroz Madureira Campos
CREA 190079219-2

PLACA R-1

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS



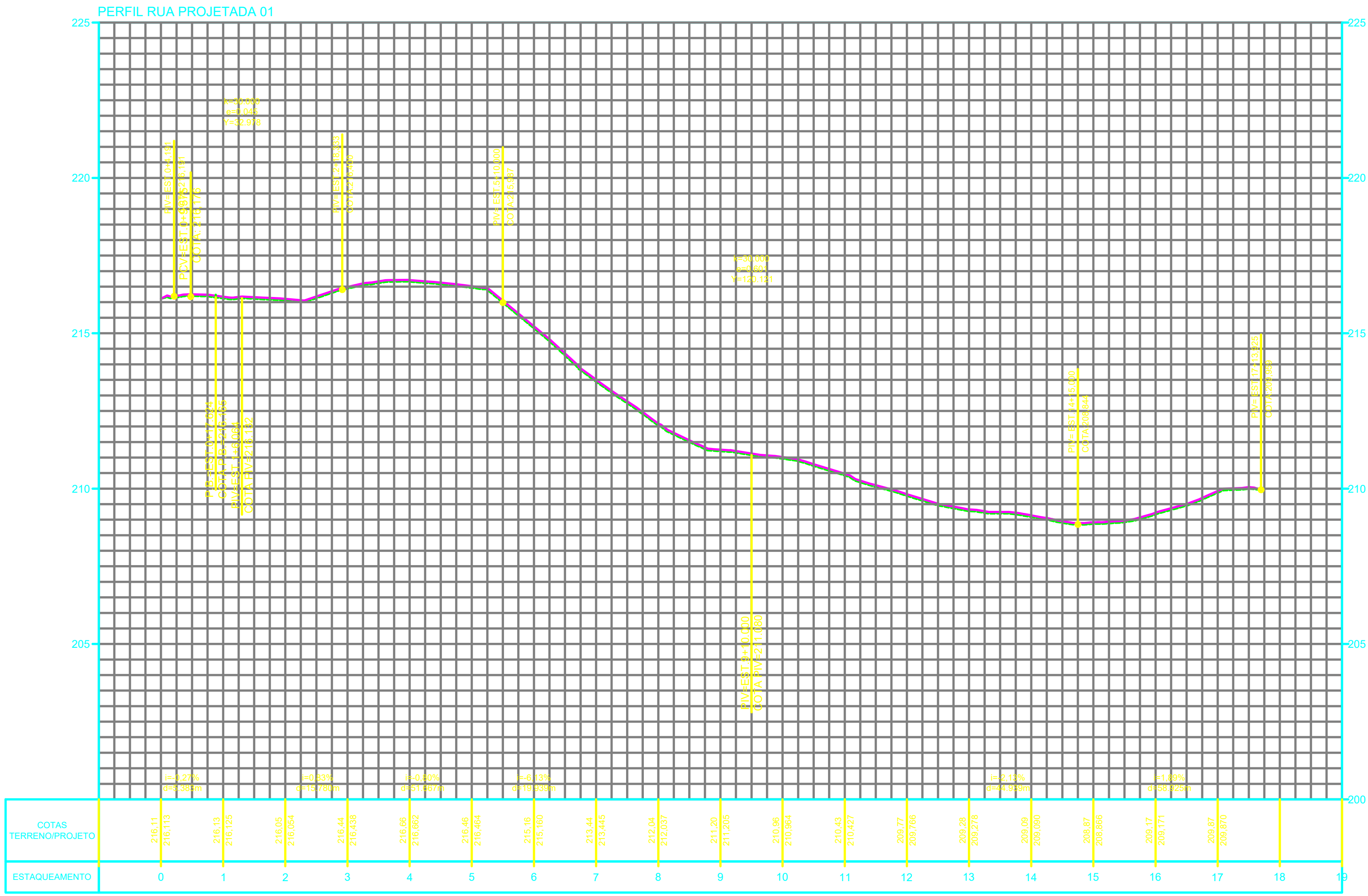
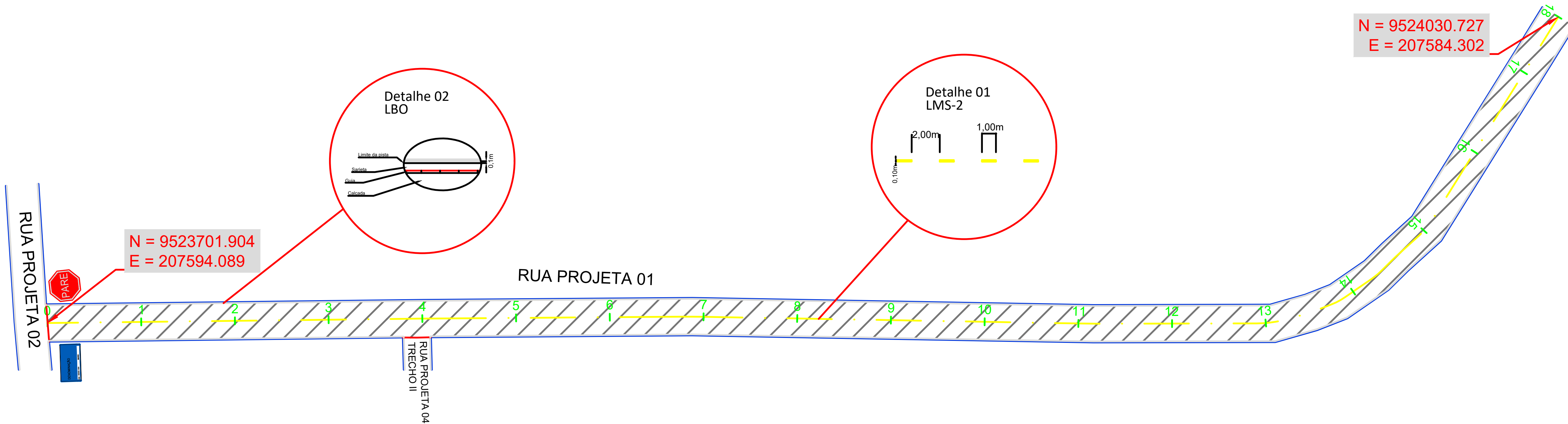
DIVERSAS RUAS

Trecho: Rua Projetada 100
Legenda: Traçado e Perfil Longitudinal
Local: Piripiri - PI
Escala: Indicadas

LEGENDA:

- | | | |
|-------------------------------|------------------------|--|
| ■ POSTE EM CONCRETO EXISTENTE | — EIXO | ■ SARJETÃO A IMPLANTAR |
| — MURO EXISTENTE | → SENTIDO DO ÁGUA | ■ PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EXISTENTE |
| — CERCA EXISTENTE | ■ CANALETA EXISTENTE | ■ PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE |
| — GREIDE | ■ CANALETA A IMPLANTAR | ■ PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA A EXECUTAR |
| — TERRENO NATURAL | | |

01/01



PLACA R-1

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS

DIVERSAS RUAS

Trecho: Rua Projetada 01

Legenda: Traçado e Perfil Longitudinal

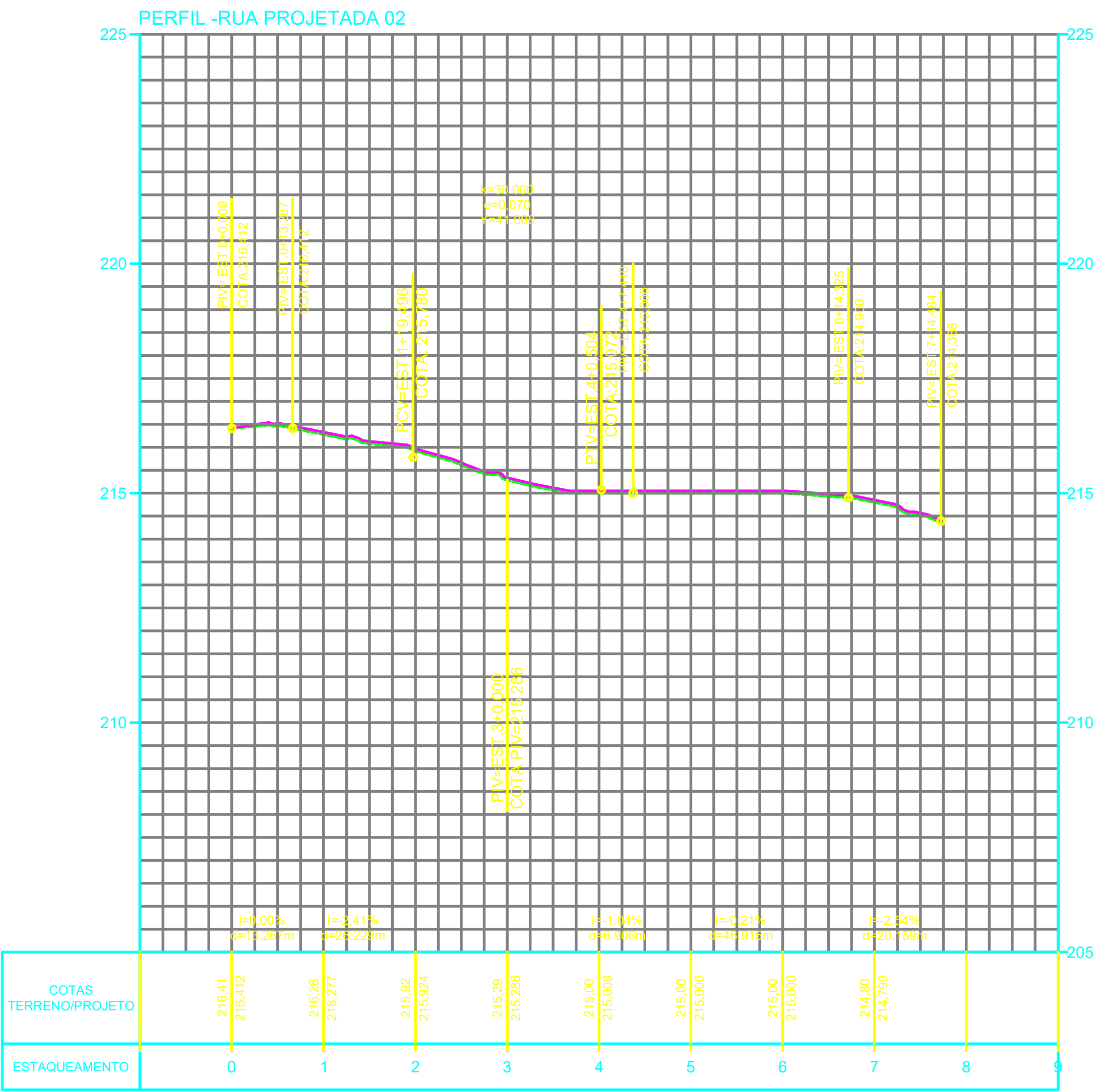
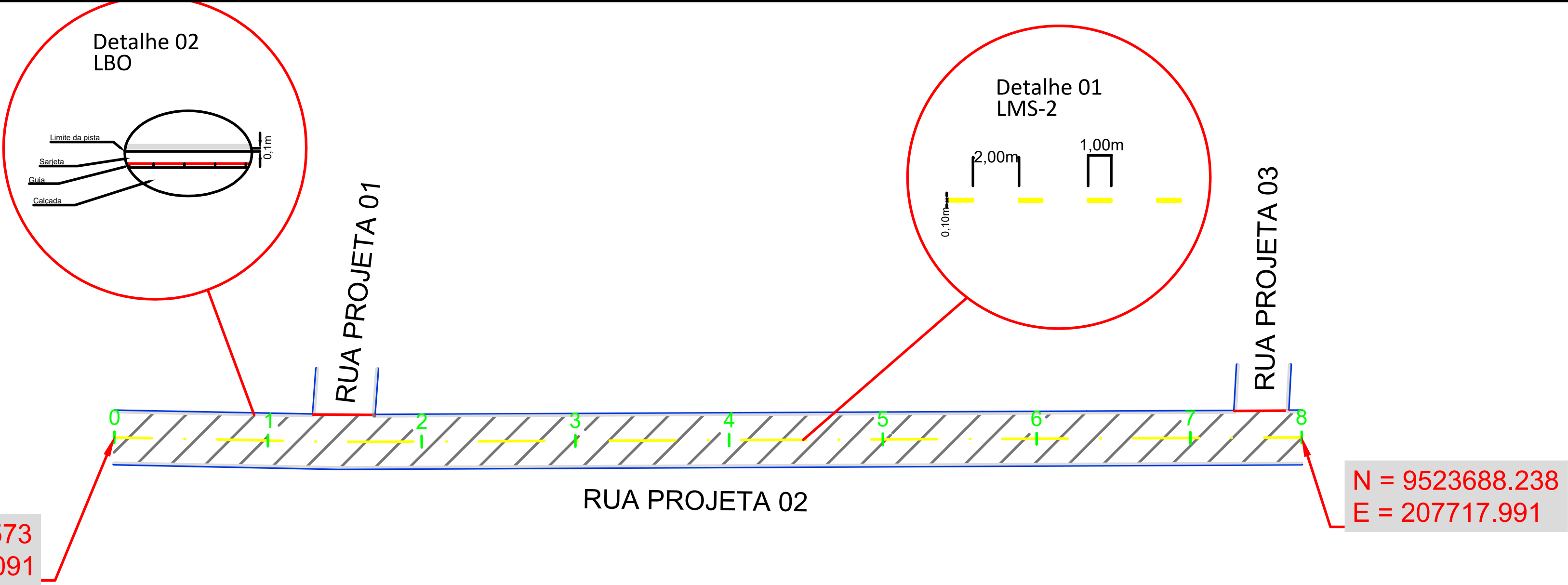
Local: Piripiri - PI

Escala: Indicadas

LEGENDA:		EIXO		SARJETÃO A IMPLANTAR	
■	POSTE EM CONCRETO EXISTENTE	→	SENTIDO DO ÁGUA	▨	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EXISTENTE
—	MURO EXISTENTE	▨	CANALETA EXISTENTE	▨	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE
- - -	CERCA EXISTENTE	▨	CANALETA A IMPLANTAR	▨	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA A EXECUTAR
—	GREIDE				
—	TERRENO NATURAL				

01/04

Eng. Civil
CREA 190079219-2



PLACA R-1

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS

DIVERSAS RUAS

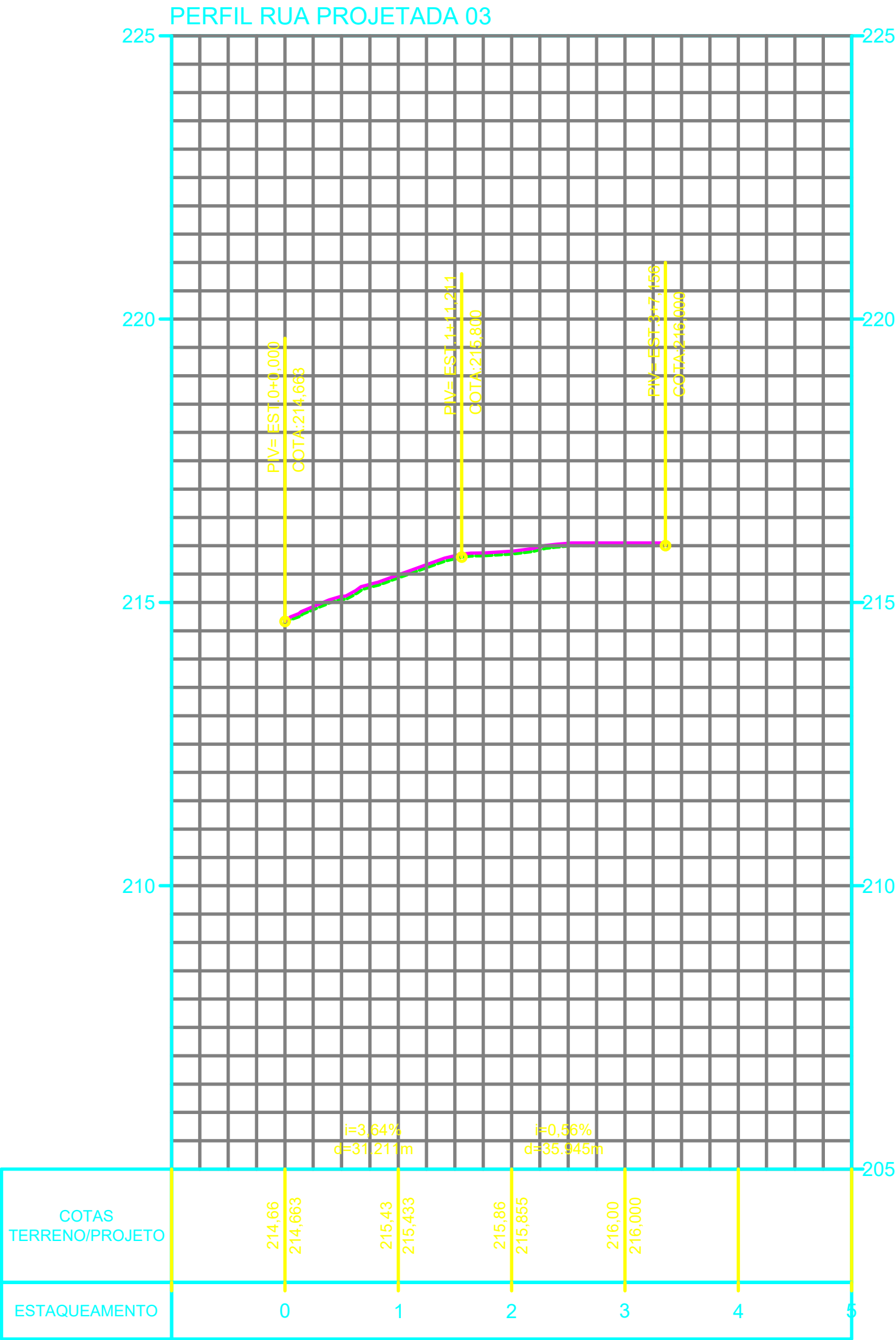
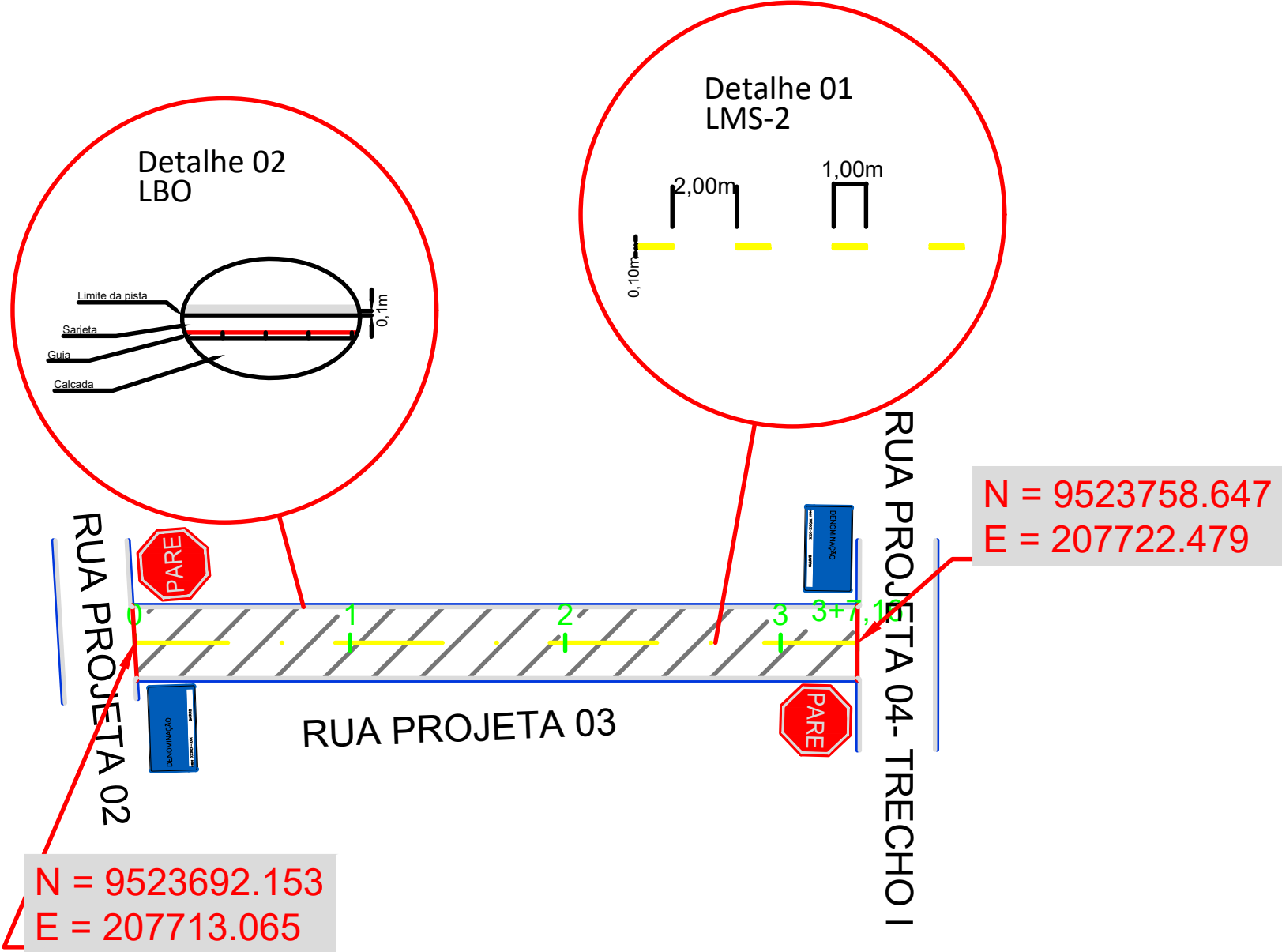
Trecho: Rua Projetada 02
Legenda: Traçado e Perfil Longitudinal
Local: Piripiri - PI
Escala: Indicadas

LEGENDA:

■	POSTE EM CONCRETO EXISTENTE	—	EIXO	■	SARJETÃO A IMPLANTAR
—	MURO EXISTENTE	→	SENTIDO DO ÁGUA	■	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EXISTENTE
- - -	CERCA EXISTENTE	■	CANALETA EXISTENTE	■	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE
—	GREIDE	■	CANALETA A IMPLANTAR	■	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA A EXECUTAR
—	TERRENO NATURAL				

02/04

Eng. Civil
CREA 190079219-2



PLACA R-1

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS

DIVERSAS RUAS

Trecho: Rua Projetada 03
Legenda: Traçado e Perfil Longitudinal
Local: Piripiri - PI
Escala: Indicadas

LEGENDA:

■

POSTE EM CONCRETO EXISTENTE

—

MURO EXISTENTE

- - -

CERCA EXISTENTE

—

GREIDE

—

TERRENO NATURAL

—

EIXO

→

SENTIDO DO ÁGUA

|||||

CANALETA EXISTENTE

|||||

CANALETA A IMPLANTAR

■

SARJETÃO A IMPLANTAR

|||||

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EXISTENTE

|||||

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE

|||||

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA A EXECUTAR

03/04

Eng. Civil
CREA 190079219-2

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

PLANILHA RESUMO

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO		LEIS SOCIAIS (%): 84,59	BDI MATERIAL(%): 20,75	
			BDI SERVIÇOS(%): 31,33	
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)		TOTAL (%)
1.0	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.	888.641,01		
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	36.223,16		4,08%
1.2	TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI	284.189,79		31,98%
1.3	TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA	568.228,06		63,94%
TOTAL		R\$ 888.641,01	100,00%	

Total do Orçamento R\$ 888.641,01 (oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e um centavo)


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO										LEIS SOCIAIS (%): 84,59		BDI MATERIAL(%): 20,75		BDI SERVIÇOS(%): 31,33	
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (%)	30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		TOTAL (R\$)	TOTAL (%)				
											META	GERAL			
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	36.223,16	4,08%	11.953,64	33,00%	12.315,87	34,00%	11.953,64	33,00%	36.223,16	100,00%	4,08%			
2.0	TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI	284.189,79	31,98%	284.189,79	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	284.189,79	100,00%	31,98%			
3.0	TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA	568.228,06	63,94%	134.045,00	23,59%	303.320,14	53,38%	130.862,92	23,03%	568.228,06	100,00%	63,94%			
	TOTAL GERAL	888.641,01	100,00%	430.188,43	48,41%	315.636,01	35,52%	142.816,57	16,07%	888.641,01	100,00%	100,00%			
	TOTAL ACUMULADO			430.188,43	48,41%	745.824,44	83,93%	888.641,01	100,00%						

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI

COMPRIMENTO= 400,00

LARGURA= VARIÁVEL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%): 84,59			BDI MATERIAL(%): 20,75	BDI SERVIÇOS(%): 31,33
ÍTEM	CÓDIGO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	TOTAL
1.0		SERVIÇOS INICIAIS					18.699,38
1.1	COMP.02	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	5,12	207,40	1.061,89	
1.2	COMP.12	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO	UN	1,00	17.637,49	17.637,49	
2.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					252,00
2.1	4011212	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	m²	2.800,00	0,09	252,00	
3.0		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					257.774,03
3.1	4011353	Pintura de ligação	m²	2.480,00	0,37	917,60	
3.2	4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	297,60	263,38	78.381,89	
3.3	COMP.18	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	T	1,12	4.671,66	5.232,26	BDI MATERIAL
3.4	COMP.19	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	T	16,84	6.208,63	104.553,33	BDI MATERIAL
3.5	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	476,16	1,08	514,25	
3.6	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	4.999,68	1,08	5.399,65	
3.7	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	48.508,80	1,08	52.389,50	
3.8	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	1,12	578,26	647,65	BDI MATERIAL
3.9	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	16,84	578,26	9.737,90	BDI MATERIAL
4.0		SINALIZAÇÃO					7.464,38
4.1	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	131,00	8,14	1.066,34	
4.2	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	786,00	8,14	6.398,04	
TOTAL GERAL							284.189,79

Total do Orçamento R\$ 284.189,79 (duzentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos)
Tabela de referência utilizada: COM DESONERAÇÃO incluso BDI de serviço - 31,33% e BDI de material - 20,75%


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA

COMPRIMENTO= 699,30

LARGURA= VARIÁVEL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%): 84,59			BDI MATERIAL(%): 20,75	BDI SERVIÇOS(%): 31,33
ÍTEM	CÓDIGO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	TOTAL
1.0		SERVIÇOS INICIAIS					18.699,38
1.1	COMP.02	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	5,12	207,40	1.061,89	
1.2	COMP.12	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO	UN	1,00	17.637,49	17.637,49	
2.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					468,30
2.1	4011212	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	m²	5.203,36	0,09	468,30	
3.0		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					541.596,00
3.1	4011353	Pintura de ligação	m²	4.643,92	0,37	1.718,25	
3.2	4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	557,28	263,38	146.776,41	
3.3	COMP.18	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	T	2,10	5.080,99	10.670,08	BDI MATERIAL
3.4	COMP.19	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	T	31,54	6.752,62	212.977,63	BDI MATERIAL
3.5	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	891,65	1,08	962,98	
3.6	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	9.362,15	1,08	10.111,12	
3.7	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	127.057,71	1,08	137.222,33	
3.8	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	2,10	628,93	1.320,75	BDI MATERIAL
3.9	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T	31,54	628,93	19.836,45	BDI MATERIAL
4.0		SINALIZAÇÃO					7.464,38
4.1	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	131,00	8,14	1.066,34	
4.2	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	786,00	8,14	6.398,04	
TOTAL GERAL							568.228,06

Total do Orçamento R\$ 568.228,06 (quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e oito reais e seis centavos)
Tabela de referência utilizada: COM DESONERAÇÃO incluso BDI de serviço - 31,33% e BDI de material - 20,75%


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

TD 01-0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

MEMORIAL DE CÁLCULO

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ESPESSURA (m)	PESO ESPECÍFICO t/m³	FM/ PORCENTAGEM %	TAXA APLICAÇÃO (t/m2)	DMT	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	PESO (t)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÍTEM
1.0	SERVIÇOS INICIAIS																	
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	M2	AQUI1.1	1,00	3,20	1,60						5,12		0,00		5,12	5,12
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		M2	AQUI1.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		5,12
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB1.2	1,00								0,00		0,00		1,00	1,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB1.2									0,00		0,00		0,00	0,00
																		1,00
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES																	
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETADA CEM	m²	Varr2.1	1,00	400,00	7,00						2.800,00		0,00		2.800,00	2.800,00
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	Varr2.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		2.800,00
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA																	
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETADA CEM- RR-1C	m²	Pin3.1	1,00	400,00	6,20						2.480,00		0,00		2.480,00	2.480,00
3.1	Pintura de ligação		m²	Pin3.1									0,00		0,00		0,00	0,00
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETADA CEM- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40				2.480,00	124,00	297,60		297,60	297,60
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais		t	Conc3.2									0,00		0,00		0,00	0,00
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSAO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- RR- 1C	T	AQUI3.3	1,00	400,00	6,20				0,000450		2.480,00	0,00	1,12		1,12	297,60
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSAO ASFÁLTICA RR- 1C		T	AQUI3.3									0,00		0,00		0,00	1,12
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUI3.4	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,056600			2.480,00	124,00	297,60		16,84	16,84
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70		T	AQUI3.4									0,00		0,00		0,00	0,00
																		16,84
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,080000		20,00	2.480,00	124,00	297,60		476,16	476,16
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.5									0,00		0,00		0,00	0,00
																		476,16
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,840000		20,00	2.480,00	124,00	297,60		4.999,68	4.999,68
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.6	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00			20,00	0,00		0,00		-	0,00
																		4.999,68
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETADA CEM- CBUQ	tkm	Tran3.7	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40			163,00	2.480,00	124,00	297,60		48.508,80	48.508,80
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.7									0,00		0,00		-	0,00
																		48.508,80
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- RR- 1C	T	CÁLC3.8	1,00	400,00	6,20				0,000450		2.480,00	0,00	1,12		1,12	1,12
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.8									0,00		0,00		0,00	0,00
																		1,12
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETADA CEM- CBUQ -CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	400,00	6,20	0,050	2,40	0,056600			2.480,00	124,00	297,60		16,84	16,84
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.9									0,00		0,00		0,00	0,00
																		16,84
4.0	SINALIZAÇÃO																	
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- LFO- 2	M	PINT4.1	1,00	131,00							0,00		0,00		131,00	131,00
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021		M	PINT4.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		131,00
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	RUA PROJETADA CEM- CBUQ- LBO	M	PINT4.2	1,00	786,00							0,00		0,00		786,00	786,00
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021		M	PINT4.2									0,00		0,00		0,00	0,00
																		786,00

Relatório
Tiago Queiroz Maderia Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PRIPIRI

TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA

MEMORIAL DE CÁLCULO

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ESPESSURA (m)	PESO ESPECÍFICO t/m³	FIU PORCENTAGEM %	TAXA APLICACÃO (t/m²)	DMT	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	PESO (t)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ITEM
1.0	SERVIÇOS INICIAIS																	
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	M2	AQUH.1	1,00	3,20	1,60						5,12		0,00		5,12	5,12
1.1	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		M2	AQUH.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		5,12
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB11.2	1,00								0,00		0,00		1,00	1,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO		UN	MOB11.2									0,00		0,00		0,00	0,00
																		1,00
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES																	
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	354,020	8,00						2.832,16		0,00		2.832,16	2.832,16
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	154,48	7,00						1.081,36		0,00		1.081,36	1.081,36
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	67,16	7,00						470,12		0,00		470,12	470,12
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	55,63	7,40						411,66		0,00		411,66	411,66
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA	m²	Varr2.1	1,00	68,010	6,00						408,06		0,00		408,06	408,06
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	Varr2.1									0,00		0,00		0,00	0,00
2.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	Varr2.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		5.283,36
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA																	
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	354,02	7,20						2.548,94		0,00		2.548,94	2.548,94
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	154,48	6,20						957,78		0,00		957,78	957,78
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	67,16	6,20						416,39		0,00		416,39	416,39
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	55,63	6,60						367,16		0,00		367,16	367,16
3.1	Pintura de ligação	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- RR-1C	m²	Pint3.1	1,00	68,01	5,20						353,65		0,00		353,65	353,65
3.1	Pintura de ligação		m²	Pint3.1									0,00		0,00		0,00	0,00
																		4.643,92
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40				2.548,94	127,45	305,88		305,88	305,88
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40				957,78	47,89	114,94		114,94	114,94
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40				416,39	20,82	49,97		49,97	49,97
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40				367,16	18,36	44,06		44,06	44,06
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ	t	Conc3.2	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40				353,65	17,68	42,43		42,43	42,43
3.2	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais		t	Conc3.2									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
																		957,38
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQUB3.3	1,00	354,02	7,20		0,000450				2.548,94	0,00	1,15		1,15	1,15
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQUB3.3	1,00	154,48	6,20		0,000450				957,78	0,00	0,43		0,43	0,43
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQUB3.3	1,00	67,16	6,20		0,000450				416,39	0,00	0,19		0,19	0,19
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQUB3.3	1,00	55,63	6,60		0,000450				367,16	0,00	0,17		0,17	0,17
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ- RR- 1C	T	AQUB3.3	1,00	68,01	5,20		0,000450				353,65	0,00	0,16		0,16	0,16
3.3	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C		T	AQUB3.3									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
																		2,10
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUB3.4	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,056600			2.548,94	127,45	305,88		17,31	17,31
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUB3.4	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,056600			957,78	47,89	114,94		6,51	6,51
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUB3.4	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,056600			416,39	20,82	49,97		2,83	2,83
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUB3.4	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,056600			367,16	18,36	44,06		2,49	2,49
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ -CAP 50/70	T	AQUB3.4	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,056600			353,65	17,68	42,43		2,40	2,40
3.4	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70		T	AQUB3.4									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
																		31,54
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,080000		20,00	2.548,94	127,45	305,88		489,41	489,41
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,080000		20,00	957,78	47,89	114,94		183,90	183,90
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,080000		20,00	416,39	20,82	49,97		79,95	79,95
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,080000		20,00	367,16	18,36	44,06		70,50	70,50
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ -AREIA	tkm	Tran3.5	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,080000		20,00	353,65	17,68	42,43		67,89	67,89
3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.5									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
																		891,65
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,840000		20,00	2.548,94	127,45	305,88		5.138,67	5.138,67
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,840000		20,00	957,78	47,89	114,94		1.930,88	1.930,88
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,840000		20,00	416,39	20,82	49,97		839,45	839,45
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,840000		20,00	367,16	18,36	44,06		740,19	740,19
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA- CBUQ -BRITA	tkm	Tran3.6	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,840000		20,00	353,65	17,68	42,43		712,96	712,96
3.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	Tran3.6	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00			20,00	0,00	0,00	0,00		-	0,00
																		9.362,15

Robsony
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PRIPIRI

TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA

MEMORIAL DE CÁLCULO

COMPRIMENTO= 1.099,30 m
LARGURA= variavel m

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ESPESSURA (m)	PESO ESPECÍFICO t/m³	FM/ PORCENTAGEM %	TAXA APLICACAO (t/m2)	DMT	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	PESO (t)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ITEM
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40			228,00	2.548,94	127,45	305,88		69.739,11	69.739,11
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40			228,00	957,78	47,89	114,94		26.204,75	26.204,75
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40			228,00	416,39	20,82	49,97		11.302,40	11.302,40
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40			228,00	367,16	18,36	44,06		10.045,44	10.045,44
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ	dm	Tran3.7	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40			228,00	353,65	17,68	42,43		9.675,92	9.675,92
3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		dm	Tran3.7									0,00	0,00	0,00		-	0,00
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	354,02	7,20				0,000450		2.548,94	0,00	1,15		1,15	127.497,71
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	154,48	6,20				0,000450		957,78	0,00	0,43		0,43	6,43
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	67,16	6,20				0,000450		416,39	0,00	0,19		0,19	6,19
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	55,63	6,60				0,000450		367,16	0,00	0,17		0,17	6,17
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-RR-1C	T	CÁLC3.8	1,00	68,01	5,20				0,000450		353,65	0,00	0,16		0,16	6,16
3.8	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.8									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	354,02	7,20	0,050	2,40	0,056600			2.548,94	127,45	305,88		17,31	17,31
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	154,48	6,20	0,050	2,40	0,056600			957,78	47,89	114,94		6,51	6,51
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	67,16	6,20	0,050	2,40	0,056600			416,39	20,82	49,97		2,83	2,83
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	55,63	6,60	0,050	2,40	0,056600			367,16	18,36	44,06		2,49	2,49
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-CAP 50/70	T	CÁLC3.9	1,00	68,01	5,20	0,050	2,40	0,056600			353,65	17,68	42,43		2,40	2,40
3.9	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO		T	CÁLC3.9									0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.0	SINALIZAÇÃO																	31,54
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	115,67							0,00	0,00			115,67	115,67
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	49,16							0,00	0,00			49,16	49,16
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	20,05							0,00	0,00			20,05	20,05
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	16,21							0,00	0,00			16,21	16,21
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LFO-2	M	PINT4.1	1,00	20,34							0,00	0,00			20,34	20,34
4.1	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021		M	PINT4.1									0,00	0,00			0,00	0,00
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 01- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	694,04							0,00	0,00			694,04	694,04
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 02- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	294,96							0,00	0,00			294,96	294,96
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 03- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	120,32							0,00	0,00			120,32	120,32
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO I- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	97,26							0,00	0,00			97,26	97,26
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021	RUA PROJETA 04- TRECHO II- POVOADO FORMOSA: CBUQ-LBO	M	PINT4.2	1,00	122,02							0,00	0,00			122,02	122,02
4.2	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA AF 05/2021		M	PINT4.2									0,00	0,00			0,00	0,00
																		1.328,60

Robsony
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO LEIS SOCIAIS (%): 84,59 BDI MATERIAL(%): 20,75
BDI SERVIÇOS(%): 31,33

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (%)
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,670%
SG	SEGURO E GARANTIA	0,740%
R	RISCOS	0,970%
DF	DESPESA FINANCEIRA	1,210%
L	LUCRO	8,380%
I	TRIBUTOS E IMPOSTOS	11,150%
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	0,650%
COFINS	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3,000%
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA/ CÓDIGO TRIBUTÁRIO - CAPITULO XII E ANEXO III (LISTA DE SERVIÇOS)	3,000%
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA	4,500%
BDI	TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	31,33%

$$BDI = \{ [(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)] / [1 - (PIS + COFINS + ISS + CPRB)] \} - 1$$

Cálculo em conformidade com o acórdão nº 2622/2013-TCU e Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015.

OBSERVAÇÕES

- a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, que será um percentual entre 2% e 5%, aplicado sobre o percentual de mão de obra em relação ao valor total da obra.
- b) Para análise de orçamentos considerando a desoneração sobre a folha de pagamento, prevista na lei nº 12.844/2013, deverá ser adotada uma alíquota de 4,5% sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Quando a opção orçamentária não considerar a desoneração da folha de pagamento, deverá ser adotada uma alíquota de 0% no referido item.
- c) Para o tipo de obra "Construção de Edifícios", enquadram-se: a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo; casas e residências unifamiliares; edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus); a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo; consultórios e clínicas médicas; escolas; escritórios comerciais; hospitais; hotéis, motéis e outros tipos de alojamento; lojas, galerias e centros comerciais; restaurantes e outros estabelecimentos similares; shopping centers; a construção de edifícios destinados a outros usos específicos; armazéns e depósitos; edifícios garagem, inclusive garagens subterrâneas; edifícios para uso agropecuário; estações para trens e metropolitanos; estádios esportivos e quadras cobertas; igrejas e outras construções para fins religiosos (templos); instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.); penitenciárias e presídios; postos de combustível; a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.); as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes; a montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária, quando não realizadas pelo próprio fabricante, conforme classificação 4120-4/00 do CNAE.


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI- FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

DATA BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO		LEIS SOCIAIS (%):	84,59	BDI MATERIAL(%):	20,75
				BDI SERVIÇOS(%):	31,33
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (%)			
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,770%			
SG	SEGURO E GARANTIA	0,250%			
R	RISCOS	0,500%			
DF	DESPESA FINANCEIRA	1,020%			
L	LUCRO	5,000%			
I	TRIBUTOS E IMPOSTOS	8,150%			
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	0,650%			
COFINS	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3,000%			
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA/ CÓDIGO TRIBUTÁRIO - ANEXO III (LISTA DE SERVIÇOS)	0,000%			
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA	4,500%			
BDI	TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	20,75%			

$$BDI = \{ [(1 + AC + L) / [1 - (SG + R + DF + PIS + COFINS + ISS + CPRB)]] - 1$$

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Instrução Normativa N° 62/DNIT SEDE

OBSERVAÇÕES
a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, que será um percentual entre 2% e 5%, aplicado sobre o percentual de mão de obra em relação ao valor total da obra.
b) Para análise de orçamentos considerando a desoneração sobre a folha de pagamento, prevista na lei nº 12.844/2013, deverá ser adotada uma alíquota de 4,5% sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Quando a opção orçamentária não considerar a desoneração da folha de pagamento, deverá ser adotada uma alíquota de 0% no referido item.
c) Para o tipo de obra "Construção de Edifícios", enquadram-se: a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo; casas e residências unifamiliares; edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus); a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo; consultórios e clínicas médicas; escolas; escritórios comerciais; hospitais; hotéis, motéis e outros tipos de alojamento; lojas, galerias e centros comerciais; restaurantes e outros estabelecimentos similares; shopping centers; a construção de edifícios destinados a outros usos específicos; armazéns e depósitos; edifícios garagem, inclusive garagens subterrâneas; edifícios para uso agropecuário; estações para trens e metropolitanos; estádios esportivos e quadras cobertas; igrejas e outras construções para fins religiosos (templos); instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.); penitenciárias e presídios; postos de combustível; a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.); as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes; a montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária, quando não realizadas pelo próprio fabricante, conforme classificação 4120-4/00 do CNAE.


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI
PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

PIAUÍ

VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/ 2023

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,82%	Não incide
B2	Feridos	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,64%
B4	13º Salário	11,09%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,18%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	13,76%	10,34%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	49,59%	20,02%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,36%	4,03%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	0,96%	0,72%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,52%	1,89%
C5	Indenização Adicional	0,45%	0,34%
C	Total	9,42%	7,07%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,33%	3,36%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,45%	0,34%
D	Total	8,78%	3,70%
TOTAL(A+B+C+D)		84,59%	47,59%


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Superintendência de Defesa da Concorrência

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Importante: Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por menos de 03 (três) distribuidoras, a tabela indicará campo vazio.

Mês	Produto	Estado	Preço
out/24	ASFALTOS DILUÍDOS CM-30	Ceará	4,86722
out/24	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Ceará	4,00024
out/24	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Ceará	2,82388
out/24	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Ceará	2,97696


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%):		84,59	BDI MATERIAL(%):	20,75
COMP.12 MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO- TRANSPORTE EM VIA PAVIMENTADO				UN			BDI SERVIÇOS(%):	31,33
								R\$ 13.429,90
Código	EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE	Distância (km)	Velocidade Média (km/h)	Quant.	Fator de Utilização	Custo Transporte	Custo Total	Veículo de Transporte
E9577	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	374	60	1	0,50	R\$ 374,74	R\$ 1.167,94	E9665
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	374	60	1	0,50	R\$ 374,74	R\$ 1.167,94	E9665
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	374	60	1	0,50	R\$ 374,74	R\$ 1.167,94	E9665
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW	374	60	1	0,50	R\$ 374,74	R\$ 1.167,94	E9665
E9584	Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW	374	60	1	0,50	R\$ 374,74	R\$ 1.167,94	E9665
							R\$ 5.839,70	

Código	EQUIPAMENTOS DE MEDIO PORTE	Distância (km)	Velocidade Média (km/h)	Quant.	Fator de Utilização	Custo Transporte	Custo Total	Veículo de Transporte
E9544	Vassoura mecânica rebocável com largura de 2,44 m	374	60	1	0,5	R\$ 239,98	R\$ 747,93	E9592
							R\$ 747,93	

Código	VEÍCULOS DE PRODUÇÃO	Distância (km)	Velocidade Média (km/h)	Quant.	Fator de Utilização	Custo Transporte	Custo Total	Veículo de Transporte
E9684	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW	374	60	1	0,50	R\$ 104,07	R\$ 324,35	E9684
E9509	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	374	60	1	0,50	R\$ 242,42	R\$ 755,54	E9509
E9558	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	374	60	2	0,50	R\$ 55,24	R\$ 344,33	E9558
E9579	Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 210 kW	374	60	4	0,50	R\$ 287,64	R\$ 3.585,91	E9579
E9644	Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio - 28 kW/115 kW	374	60	1	0,50	R\$ 347,88	R\$ 1.084,23	E9644
E9592	Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	374	60	1	0,50	R\$ 239,97	R\$ 747,91	E9592
							R\$ 6.842,27	

$$CM_{ob} = \left(\frac{DM \times K \times FU}{V} \right) \times CH$$

onde:

CM_{ob} representa o custo de mobilização;
DM representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);
K representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;
FU representa o fator de utilização do veículo transportador;
V representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;
CH representa o custo horário do veículo transportador.

O fator K será igual a 1 quando o veículo não retornar e 2 quando o veículo transportador retornar ao local de origem.

Já o fator FU representa o inverso do número de equipamentos a serem transportados nos diferentes veículos transportadores.

CUSTO GLOBAL:	R\$ 13.429,90
BDI:	R\$ 4.207,59
TOTAL:	R\$ 17.637,49

CÁLCULO DO CUSTO DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO REALIZADO DE ACORDO COM: MANUAL DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - VOLUME 09 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO - 2017 - DNIT

Tiago Queiroz Maderia Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO

LEIS SOCIAIS (%): 84,59

BDI MATERIAL(%): 20,75

BDI SERVIÇOS(%): 31,33

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO		Piauí		FIC 0,00288	
Custo Unitário de Referência		Julho/2024		Produção da equipe	
4011353 Pintura de ligação				1.500,00 m²	
				Valores em reais (R\$)	
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo
			Operativa	Improdutiva	Horário Total
E9509	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	1,00000	1,00	0,00	254,6442
E9558	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,00000	1,00	0,00	66,3041
				Produtivo	Improdutivo
				58,0332	39,6409
				Custo horário total de equipamentos	
				370,7106	
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário	
P9824	Servente	2,00000	h	18,3444	
				36,6888	
				Custo horário total de mão de obra	
				36,6888	
				Custo horário total de execução	
				407,3994	
				Custo unitário de execução	
				0,2716	
				Custo do FIC	
				0,0008	
				Custo do FIT	
				-	
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário	
M1946	Emulsão asfáltica RR-1C	0,00045	t	0,0000	
				0,0000	
				Custo unitário total de material	
				0,0000	
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário	
				Custo total de atividades auxiliares	
				Subtotal	
				0,2724	
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário
				Custo unitário total de tempo fixo	
				DMT	
				RP	
				P	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	Custo Unitário	
				LN	
				RP	
				P	
				Custo unitário total de transporte	
				-	
				Custo unitário direto total	
				0,27	

Obs.

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO		Piauí		FIC 0,00288	
---	--	-------	--	-------------	--

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%): 84,59		BDI MATERIAL(%): 20,75
Custo Unitário de Referência				Julho/2024		BDI SERVIÇOS(%): 31,33
4011459 Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais				Produção da equipe		99,60 t
						Valores em reais (R\$)
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário	
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	1,00000	0,71	0,29	252,6590	119,8836
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	1,00000	0,82	0,18	284,9239	103,7172
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW	1,00000	1,00	0,00	616,2429	289,7514
					Custo horário total de equipamentos	
					1.082,7037	
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total
P9824	Servente	8,00000	h	18,3444		146,7552
				Custo horário total de mão de obra		146,7552
				Custo horário total de execução		1.229,4589
				Custo unitário de execução		12,3440
				Custo do FIC		0,0356
				Custo do FIT		-
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário
				Custo unitário total de material		
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
6416143	Usinagem de concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	1,00000	t	179,82		179,8200
				Custo total de atividades auxiliares		179,8200
				Subtotal		192,20
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário	
6416143	Usinagem de concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais - Caminhão basculante 10 m³	5914649	1,00000	t	7,85	
					Custo unitário total de tempo fixo	
					7,8500	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT		Custo Unitário
				LN	RP	P
6416143	Usinagem de concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais - Caminhão basculante 10 m³	1,00000	tkm	5914359	5914374	5914389
				Custo unitário total de transporte		-
				Custo unitário direto total		200,05

Obs.


 Tiago Queiroz Madrinha Campos
 Eng. Civil
 CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO

LEIS SOCIAIS (%): 84,59

BDI MATERIAL(%): 20,75
BDI SERVIÇOS(%): 31,33

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Piauí				
Custo Unitário de Referência				Julho/2024		Produção da equipe		373,50 tkm
5914389 Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada								Valores em reais (R\$)
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total	
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
E9579	Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 188 kW	1,00000	1,00	0,00	302,1465	83,6184	302,1465	
					Custo horário total de equipamentos		302,1465	
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total		
				Custo horário total de mão de obra		0,0000		
				Custo horário total de execução		302,1465		
				Custo unitário de execução		0,8090		
				Custo do FIC		0,0000		
				Custo do FIT		-		
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário		
				Custo unitário total de material				
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário		
				Custo total de atividades auxiliares				
				Subtotal		0,8090		
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário	
					Custo unitário total de tempo fixo			
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT		Custo Unitário		
			LN	RP	P			
					Custo unitário total de transporte		-	
					Custo unitário direto total		0,81	

Obs.

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Piauí		FIC	
Custo Unitário de Referência				Julho/2024		Produção da equipe	2.430,24 m²
4011212 Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico							Valores em reais (R\$)
A - EQUIPAMENTOS	Quantidade			Utilização		Custo Horário	


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE CUSTO UNITÁRIO

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%): 84,59		BDI MATERIAL(%): 20,75		
						BDI SERVIÇOS(%): 31,33		
		Quantidade	Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	Horário Total	
E9577	Trator agrícola - 77 kW	1,00000	1,00	0,00	151,1315	53,5734	151,1315	
E9544	Vassoura mecânica rebocável	1,00000	1,00	0,00	12,0258	7,7439	12,0258	
Custo horário total de equipamentos							163,1573	
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário			Custo Horário Total	
Custo horário total de mão de obra								
Custo horário total de execução							163,1573	
Custo unitário de execução							0,0671	
Custo do FIC							0,0000	
Custo do FIT							-	
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário			Custo Unitário	
Custo unitário total de material								
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário			Custo Unitário	
Custo total de atividades auxiliares								
Subtotal							0,0671	
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário			Custo Unitário
Custo unitário total de tempo fixo								
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT			Custo Unitário	
				LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							-	
Custo unitário direto total							0,07	

Obs.


Tiago Queiroz Madalena Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO				LEIS SOCIAIS (%): 84,5900		BDI MATERIAL (%): 20,75
						BDI SERVIÇOS (%): 31,33
CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M		6,20	
INSUMO	5318	DILUENTE AGUARRAS	L	0,002	31,92	0,06
INSUMO	7343	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L	0,043	32,49	1,39
INSUMO	44477	MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA, TIPO II-A (DROP-ON) - NBR 16184	KG	0,025	14,99	0,37
INSUMO	44478	MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA, TIPO I-B (PREMIX) - NBR 16184	KG	0,011	14,99	0,16
COMPOSICAO	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,034	24,77	0,84
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,014	18,64	0,26
COMPOSICAO	95133	MÁQUINA DEMARCADORA DE FAIXA DE TRÁFEGO À FRIO, AUTOPROPELIDA, POTÊNCIA 38 HP - CHP DIURNO. AF_07/2016	CHP	0,0003	180,31	0,05
COMPOSICAO	96159	MÁQUINA DEMARCADORA DE FAIXA DE TRÁFEGO À FRIO, AUTOPROPELIDA, POTÊNCIA 38 HP - CHI DIURNO. AF_07/2016	CHI	0,0334	91,97	3,07
CUSTO DIRETO TOTAL						6,20
TAXA DE BDI (31,33 %)						1,94
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						8,14

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
03.URBA.PAGI.029/01	COMP.01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS		27.581,79	
COMPOSICAO	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,708950	104,53	18.471,38
COMPOSICAO	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	189,208950	19,05	3.604,43
COMPOSICAO	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	189,208950	29,10	5.505,98
CUSTO DIRETO TOTAL						27.581,79
TAXA DE BDI (31,33 %)						8.641,37
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						36.223,16

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
CANT	COMP.02	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2		157,92	
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,000000	18,64	37,28
INSUMO	10537	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0.3MM	M2	1,020000	39,03	39,81
INSUMO	11100	ESMALTE SINTETICO	L	1,000000	31,88	31,88
INSUMO	5075	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,150000	20,34	3,05
INSUMO	4491	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	4,500000	10,20	45,9
CUSTO DIRETO TOTAL						157,92
TAXA DE BDI (31,33 %)						49,48
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						207,40

Handwritten signature
Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO			LEIS SOCIAIS (%):		84,5900	BDI MATERIAL(%):		20,75
						BDI SERVIÇOS(%):		31,33
CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO		TOTAL	
TRANSP	COMP.03	CÁLCULO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO	T		478,89			
Conforme portaria nº 1977 de 25 de outubro de 2017 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:								
Tipo da Rodovia			Equação Tarifária (R\$/t)	D	Total (R\$/t)			
Rodovia pavimentada			26,939 + 0,253.D	615,00	182,53			
Rodovia em revestimento primário			26,939 + 0,299.D	0,00	0,00			
Rodovia em leito natural			26,939 + 0,412.D	0,00	0,00			
					182,53			
OBS-1: Transporte da Refinaria para a Usina de Asfalto (Fortaleza- CE a Campo Maior- PI).								
OBS-2: O índice de reajustamento da tarifa de transporte deve ser realizado de acordo com a Instrução de Serviço nº 01/2019, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 004, de 07 de Janeiro de 2019.								
OBS-3: Taxa de ICMS-Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços no Piauí em			08/2020:	18,00%				
Índice de reajustamento em-			07/2014 (DNIT):	270,237	(DNIT)			
Índice de reajustamento em			11/2024 (DNIT):	581,407	(DNIT)			
Taxa de reajustamento (TR):				2,1514				
Tarifa de Transporte atualizada:			(182,53 . TR) / (1 - ICMS)		=	(182,53 . 2,1514) / (1 - 0,18)		
CUSTO DIRETO TOTAL								478,89
TAXA DE BDI (31,33 %)								99,37
TOTAL DA COMPOSIÇÃO								578,26

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
AQUI	COMP.18	AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C	T		3.868,87	
Tabela ANP						
Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: RR-1C	Emulsão asfáltica RR-1C	Kg	3,031260		
Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: RR-1C	Emulsão asfáltica RR-1C	t	3.031,26		
Custo de aquisição = Custo direto / (1-(%ICMS+PIS+COFINS)/100)						
Aliquota ICMS	18,00	%				
Aliquota PIS	0,65	%				
Aliquota COFINS	3,00	%				
Total tributos	21,65	%				
Custo de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: RR-1C	Emulsão asfáltica RR-1C	t	1,000000	3.868,87	3.868,87
TAXA DE BDI MATERIAL (20,75 %)						802,79
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						4.671,66

CLASSE/ GRUPO	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
AQUI	COMP.19	AQUISIÇÃO CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	T		5.141,72	
Tabela ANP						
Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: CAP-50-70	Cimento asfáltico CAP 50/70	Kg	4,028540		

Handwritten signature
Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE PIRIPIRI

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI - PI.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

PREÇO BASE: SINAPI PI-11/2024, ANP 12/ 2024, SICRO 07/2024- COM DESONERAÇÃO

LEIS SOCIAIS (%): 84,5900

BDI MATERIAL (%): 20,75

BDI SERVIÇOS (%): 31,33

Custo direto de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: CAP-50-70	Cimento asfáltico CAP 50/70	t	4.028,54		
Custo de aquisição = Custo direto / (1-(%ICMS+PIS+COFINS)/100)						
Aliquota ICMS	18,00	%				
Aliquota PIS	0,65	%				
Aliquota COFINS	3,00	%				
Total tributos	21,65	%				
Custo de aquisição	ANP CEARÁ- 10/2024: CAP-50-70	Cimento asfáltico CAP 50/70	t	1,000000	5.141,72	5.141,72
TAXA DE BDI MATERIAL (20,75 %)						1.066,91
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						6.208,63


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



10- RELATORIO FOTOGRÁFICO

**TD 01- 0332- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS
SOLIDÁRIAS - PIRIPIRI**

RUA PROJETA CEM




Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



Latitude: -4.283321
Longitude: -41.792621
Elevação: 159.72 m
Precisão: 7.9 m
Tempo: 17-12-2024 10:22
Nota: R Projetada cem. rua4

Powerless by Nokia Cam

Relatório
Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br





SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA




Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br





**TD 01- 0612- ASFALTO - POVOADO FORMOSA - RURAL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA**

RUA PROJETADA 01




Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



PROJETADA 02




Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



RUA PROJETADA 03




Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



RUA PROJETADA 04- TRECHO I



RUA PROJETADA 04- TRECHO II




Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



DECLARAÇÃO DOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA

Abaixo a relação dos itens relevantes para **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), NOS TRECHOS VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS E POVOADO FORMOSA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA NA CIDADE DE PIRIPIRI-PI, COM ÁREA TOTAL DE 8.003,36 M².**

1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – NOS CASOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MAIOR RELEVÂNCIA:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	und	PROJETO	PERCENTUAL 30%	EDITAL
4011459	Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais	t	854,88	256,46	256,46
5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	191.296,15	57.388,85	57.388,85

Teresina, 07 de março de 2025

Tiago Queiroz Madeira Campos
Matrícula: 0360267-2
Eng. Civil
CREA: 190079219-2



JUSTIFICATIVA QUANTO A EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Abaixo a relação das exigências mínimas relativas às instalações e equipamentos mínimos necessários para a obra que possui como objeto a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), NOS TRECHOS VISTA ALEGRE - ASSOCIAÇÃO MÃOS SOLIDÁRIAS E POVOADO FORMOSA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA COMUNIDADE FORMOSA NA CIDADE DE PIRIPIRI- PI, COM ÁREA TOTAL DE 8.003,36 M².**

EQUIPAMENTOS MÍNIMOS CONFORME NATUREZA DA OBRA E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES:

- Rolo compactador liso autopropelido vibratório
- Carregadeira de pneus com capacidade
- Vibro acabadora de asfalto sobre esteiras
- Caminhão basculante
- Caminhão tanque
- Caminhão carroceria
- Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio

Teresina, 07 de março de 2025

Tiago Queiroz Madeira Campos
Matrícula: 0360267-2
Eng. Civil
CREA: 190079219-2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920250013066

1. Responsável Técnico

TIAGO QUEIROZ MADEIRA CAMPOS

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Empresa Contratada: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUI**

RNP: **1900792192**

Registro: **14709**

Registro: **0000018517EMPI**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA/PI**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

Logradouro: **AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N**

Nº: **S/N**

Complemento: **CENTRO ADMINISTRATIVO DE TERESINA, BLOCO G, 1º**

Bairro: **SÃO PEDRO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64018-900**

Contrato: **Sem número**

celebrado em **08/02/2024**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **6.550,00**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **DIVERSOS**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **ZONA URBANA E RURAL**

Cidade: **PIRIPIRI**

UF: **PI**

CEP: **64260-000**

Data de Início: **05/02/2025**

Previsão de Término: **21/02/2025**

Coordenadas Geográficas: **-4.283829, -41.793112**

Finalidade: **INFRA-ESTRUTURA**

Código:

Proprietário: **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA/PI**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

4. Atividade Técnica

ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS

8.003,36

metro quadrado

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS

8.003,36

metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de projeto e orçamento da Pavimentação asfáltica nas ruas: Rua Projetada Cem, Rua Projetada 02 - Povoado Formosa, Rua Projetada 03 - Povoado Formosa, Rua Projetada 01, Rua Projetada 04 - Trecho I, Rua Projetada 04 - Trecho II, no município de Piripiri - PI, abrangendo uma área total de 8.003,36 m², conforme identificadores ID 332 e ID 612 do Orçamento Participativo.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA DO PIAUI - CEPI

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações

TERESINA - PI

27 de Fevereiro de 2025

Local

Data

Handwritten signature of Tiago Queiroz Madeira Campos
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

TIAGO QUEIROZ MADEIRA CAMPOS - CPF: 78394716334

DANISIO
GUIMARAES E
MARABUCO

Assinado de forma
digital por DANISIO
GUIMARAES E
MARABUCO

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA/PI - CPF/CNPJ:

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292



Valor ART: R\$ **103,03**

Registrada em **27/02/2025**

Valor Pago: R\$ **103,03**

Nosso Número: **8201660922**

Baixada em: